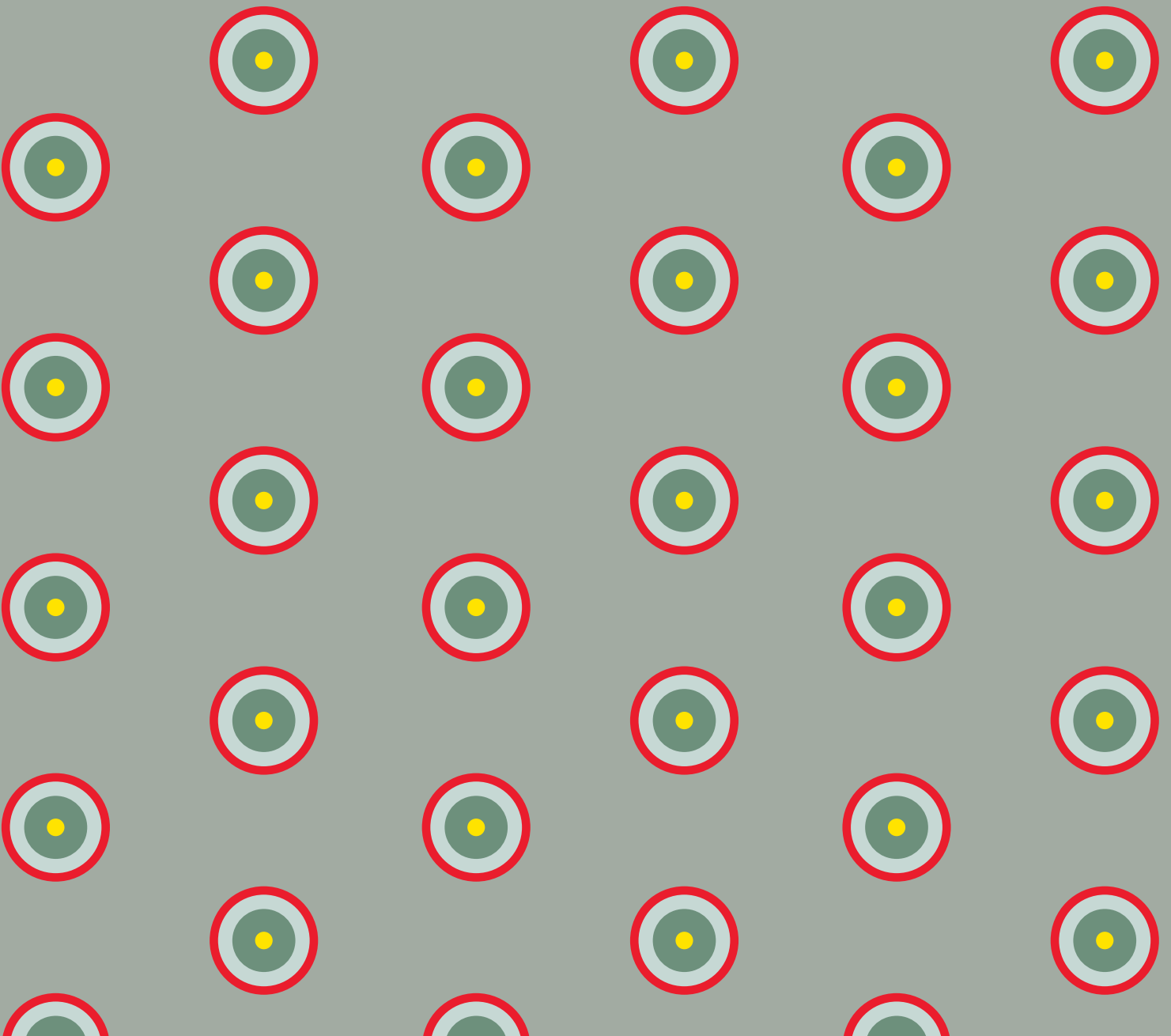


panorama ods: ramilândia em números

ramilândia





Panorama ODS: Ramiândia em números. 2018. – Brasília :

PNUD, 2018.

80 p. : il., gráfs. color.

ISBN: 978-85-88201-50-7

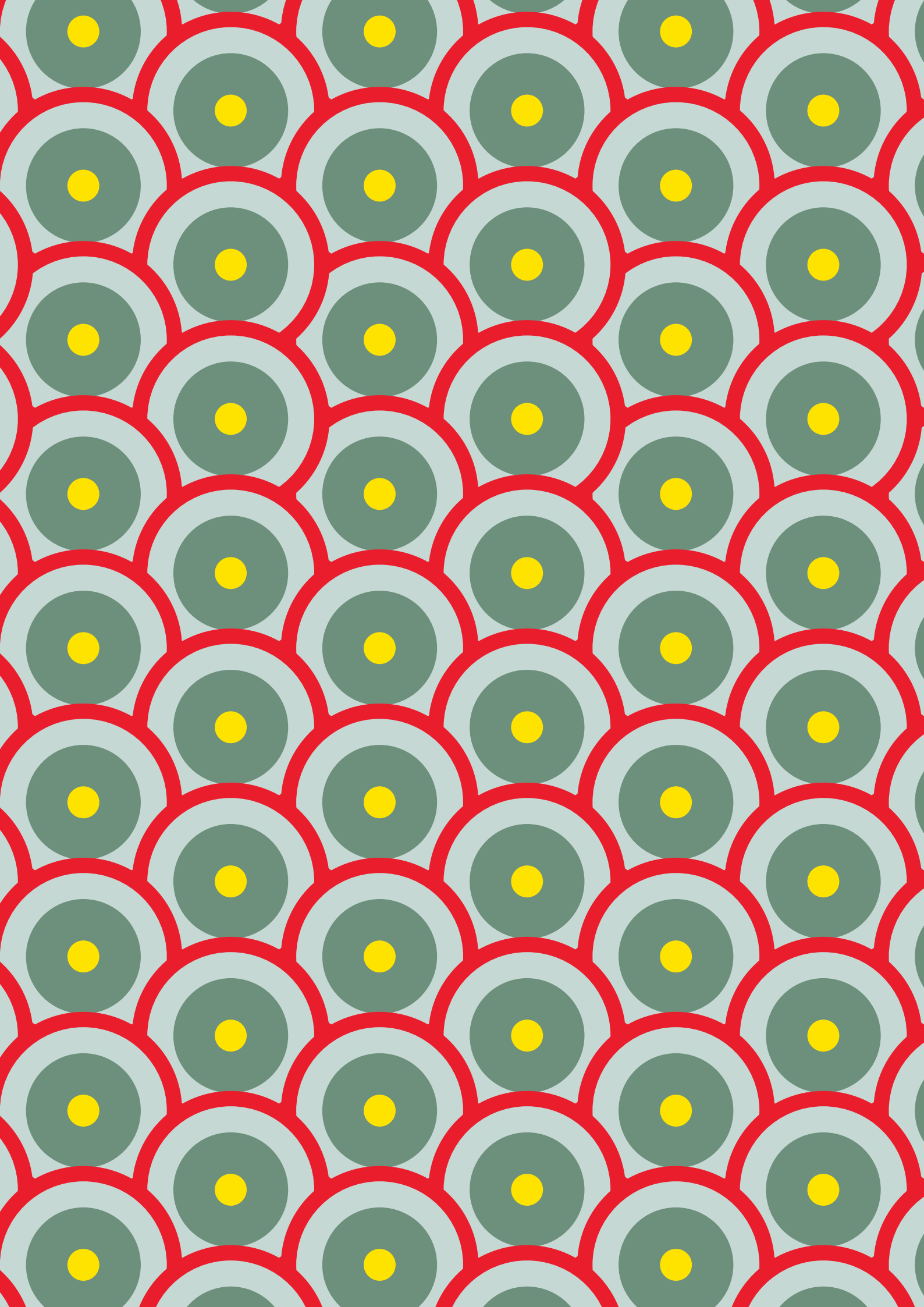
1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2. Agenda 2030. 3. Oeste do Paraná. 4. Desenvolvimento Humano. 5. Desenvolvimento Territorial. 6. Indicadores Municipais. 7. Ramiândia. 8. Brasil. I. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. II. Panorama ODS: Ramiândia em números.

panorama ods: ramilândia em números

ramilândia



*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*



REALIZA O

Niky Fabiancic

Representante Residente do PNUD no Brasil

Didier Trebucq

Diretor de País do PNUD no Brasil

SUPERVISÃO

*Maristela Marques Baioni*Representante Residente Assistente para
Programa do PNUD no Brasil

COORDENA O GERAL

Andréa Bolzon

COORDENA O COOPERA O TÉCNICA

Samantha Salve

EDI O

Gabriel Vettorazzo

EQUIPE TÉCNICA DO PNUD NO BRASIL

*Nikolas Pirani**Talita Stori Aquino De Sousa**Vanessa Zanella*

REDA O

Larissa de Almeida Nogueira Cervi

EQUIPE DE PESQUISA E REDA O

*Adriane Ribeiro da Silva**Caio Assump o Silva**Cristina Botti de Souza Rossetto**Giane Silvestre**Marcia Cristofio Da Silva*

PRODU O

DIAGRAMA O

*Explico**Marcelo Pliger**Eduardo Asta**William Mur**Fabiana Martins**Catarina Pignato*

REVISÃO

*Raniery Teixeira**Débora Quintela*

CAPA

Marcelo Pliger

prefácio pnud



Niky Fabiancic
Representante Residente do
PNUD no Brasil



Didier Trebucq
Diretor de Países do
PNUD no Brasil

Em 2015, os países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) firmaram o documento “Transformando o Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, um acordo que serviu para ratificar o compromisso dos países em adotar medidas transformadoras que visam promover o desenvolvimento sustentável nos próximos 12 anos por meio dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Dados confiáveis, de qualidade e acessíveis serão necessários para subsidiar a adoção e o monitoramento dessas medidas pelos países, estados e municípios. No nível nacional, os governos estão desenvolvendo seus próprios indicadores para acompanhar o progresso dos objetivos e metas e para facilitar o monitoramento da implementação da Agenda 2030. No Brasil, um país de dimensões continentais formado por mais de 5000 municípios, localizar os ODS aos níveis subnacionais é fundamental para o alcance dos objetivos. Esse processo representa um exercício de sistematização do conhecimento disponível sobre a realidade local, de forma integrada e abrangente, permitindo uma análise mais profunda do contexto nacional.

E com esse desafio em mente, PNUD e Itaipu Binacional se uniram neste projeto inovador de territorialização da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis. A iniciativa Oeste 2030: Cooperação para os ODS, traz para a realidade dos municípios ferramentas e conhecimentos que irão subsidiar a implementação da Agenda 2030 e dos ODS no nível municipal.

O projeto propõe diálogos intersetoriais para entender a realidade de cada município e estimular a municipalização dos ODS. Para que os diálogos sejam informados, o projeto também conta com um eixo dedicado a levantar e sistematizar informações e indicadores que visam apoiar a tomada de decisão local. Para isso, está sendo elaborada uma extensa base de dados municipais, com base em registros administrativos, a ser disponibilizada em uma plataforma web que servirá como linha de base para avaliar o avanço da Agenda 2030 nos 54 municípios do Oeste do Paraná.

O primeiro exercício de análise desta base encontra-se neste documento. Nas próximas páginas serão apresentadas alguns dos indicadores encontrados e análises que subsidiarão os municípios do Oeste do Paraná na elaboração de políticas públicas alinhadas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Para se ter ideia, é possível verificar que entre 2010 e 2015 a região conseguiu reduzir o número de crianças desnutridas em mais de 47%, um avanço significativo na meta 2.2 dos ODS que visa acabar com todas as formas de desnutrição.

Apoiar os municípios no alcance dos ODS é atividade central no esforço de auxiliar o Brasil no alcance da Agenda 2030. Essa iniciativa reforça o compromisso do PNUD na construção de uma sociedade mais inclusiva e sustentável, sem deixar ninguém para trás.

prefácio itaipu



Marcos Vitório Stamm
Diretor-geral Brasileiro
da Itaipu Binacional

A Itaipu Binacional, empresa que pertence em igualdade de condi es aos governos do Brasil e do Paraguai,   a maior geradora de energia limpa e renovável do planeta. Desde sua constru o, diversos cuidados foram tomados para minimizar seus impactos, como a forma o de mais de 100 mil hectares de áreas protegidas ao redor de seu reservatório.

A partir de 2003, a empresa adotou como parte de sua missão institucional a promo o do desenvolvimento sustentável em sua área de influência. Disso, decorreram diversas iniciativas voltadas   conserva o da biodiversidade, segurança hídrica, gestão de bacias hidrográficas, promo o da sustentabilidade nas atividades agropecuárias, uso de fontes renováveis de energia, melhoria das condi es de saúde na região de fronteira, incentivo ao turismo, desenvolvimento tecnológico, entre outras.



Newton Luiz Kaminski
Diretor de Coordena o

A adesão do Brasil, em 2015,   Agenda 2030 da Organiza o das Na es Unidas reforçou o compromisso da Itaipu com o esforço global para alcançar as metas expressas nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Atualmente, a binacional trabalha com a es relacionadas a todos os 17 ODS, muitas delas em parceria com 54 municípios da região (52 no Oeste do Paraná, além de Altônia, na Região Noroeste, e Mundo Novo, no Mato Grosso do Sul).

Nesse contexto, destaca-se a parceria da empresa firmada com o PNUD, objeto desta publica o. Trata-se de um projeto pioneiro para divulgar e consolidar os ODS nesses municípios.   também uma iniciativa inovadora, por abordar esse tema em uma escala municipal, reunindo o conhecimento técnico do PNUD e a experiência da Itaipu com o desenvolvimento territorial.

No âmbito do projeto, foram realizados Seminários Microrregionais sobre os ODS, abrangendo os 54 municípios e propiciando um espaço de diálogo entre governo municipal, sociedade civil e setor privado, para a constru o de um programa de atua o conjunta voltado   implementa o da Agenda 2030 na região.

Com essa abordagem – e com base nos indicadores municipais apresentados no presente trabalho – pretende-se identificar e enfrentar os principais desafios da região e, conseqüentemente, conectar cada vez mais o Oeste do Paraná aos compromissos brasileiros de desenvolvimento sustentável e   agenda global da ONU rumo a 2030.

sumário

11	panorama ods: ramilândia em números
12	<i>agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: o que isso tem a ver comigo?</i>
16	<i>parceria pnud-itaipu para o oeste do paraná</i>
17	<i>alcançando o desenvolvimento sustentável: metas e indicadores</i>
21	<i>como posso implementar a agenda 2030 no meu município?</i>
25	sobre o diagnóstico
26	<i>este documento</i>
28	<i>por falar em desenvolvimento</i>
30	<i>como ler esse diagnóstico?</i>
35	diagnóstico de ramilândia
37	<i>introdu�o</i>
38	<i>caracteriza�o do território</i>
40	<i>idhm</i>
46	<i>pobreza e vulnerabilidade social</i>
50	<i>saúde</i>
56	<i>segurança</i>
60	<i>educa�o</i>
63	<i>trabalho e renda</i>
65	<i>economia</i>
67	<i>energia</i>
68	<i>�gua e saneamento</i>
70	<i>representa�o política</i>
73	considera�es finais
79	referências bibliográficas

*panorama ods:
ramilândia em números*

agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável: o que isso tem a ver comigo?

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que nela foram estabelecidos, foram adotados pelos Estados-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) por meio da Resolução 70/1 da Assembleia Geral da ONU, intitulada “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, de setembro de 2015, entrando em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016.

Assim como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), a adoção da Agenda 2030 e dos

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) significou a adoção de uma agenda de desenvolvimento conjunta pelos países. Isto é, a partir desse momento, os países se comprometeram a implementar um plano de ação único, buscando responder aos novos desafios globais e envolver todos os atores na construção de um mundo inclusivo, equitativo e ambientalmente sustentável. Com esse compromisso, os Estados-membros das Nações Unidas, inclusive o Brasil, devem trabalhar para alcançar metas e objetivos da Agenda até 2030.





A discussão sobre os novos objetivos tem início na Conferência das Na es Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, em 2012. No novo contexto mundial, tornou-se necessário trabalhar não somente com uma agenda social, como os ODM, mas interligar crescimento econômico, inclusão social e prote o ao meio ambiente. Assim, a partir do ano seguinte, os países e as Na es Unidas começam a trabalhar no documento O Mundo que Queremos, tendo como perspectiva os aprendizados da implementa o dos ODM (2001-2015) e a nova realidade global p s-2015.

Nesse contexto, a Agenda 2030   um instrumento ainda mais abrangente e sensível às realidades de diferentes popula es ao redor do mundo, tendo sido inclusive construída de forma coletiva, esforço sem precedentes que envolveu Estados, sociedade civil, Na es Unidas e outros grupos interessados. Dessa maneira, a agenda que chega para discussão da Assembleia Geral da ONU reflete também as necessidades e os anseios das pessoas no nível local, de "baixo para cima". Por isso mesmo, sua maior extensão: a Agenda traz 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que estão baseados em 5 eixos – ou 5 P's, como foram chamados: Pessoas, Prosperidade, Paz, Planeta e Parcerias. Esses eixos, na verdade, são áreas de importância fundamental para a humanidade e o planeta.

Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM)

Em setembro de 2000, os Estados-membros das Na es Unidas estabeleceram os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que deveriam ser cumpridos pelos países em desenvolvimento até 2015. O cumprimento dos oito ODM e suas 21 metas, com ênfase na agenda social, orientou as a es de desenvolvimento desses países durante quinze anos.

O Brasil atingiu importantes metas dos ODM, contribuindo significativamente para o alcance das metas globais de alguns objetivos. Em rela o ao ODM 1, por exemplo, a meta de reduzir a fome e a pobreza extrema pela metade em compara o   taxa de 1990 foi alcançada pelo Brasil já em 2002. Em 2012, o país tinha reduzido essa taxa a menos de um sétimo – de 25,5% de pessoas extremamente pobres para 3,5%.

Avanços também foram alcançados na redu o da mortalidade na infância, expressa no ODM 4, que leva em conta a taxa de mortalidade de menores de 5 anos de idade. Essa taxa passou de 53,7 óbitos por mil nascidos vivos em 1990 para 17,7 em 2011, alcançando a meta de redu o de 75%. A meta de redu o da mortalidade infantil, isto  , de crianças de até 1 ano de idade, também foi alcançada pelo país: a taxa de mortalidade infantil caiu de 47,1 para 15,3 óbitos por mil nascidos vivos de 1990 a 2011, superando a meta de 15,7 óbitos estimada para 2015.

Outra meta alcançada pelo país foi a de reduzir pela metade, até 2015, a propor o da popula o sem acesso permanente e sustentável   água potável e ao esgotamento sanitário, do ODM 7, o que foi atingido em 2012.

Em contrapartida, o Brasil teve dificuldades de atingir outras metas, em especial as do ODM 5 "Melhorar a saúde das gestantes". Ainda que a razão de mortalidade materna tenha reduzido significativamente, de 141 óbitos maternos por mil nascidos vivos em 1990 para 64 óbitos em 2011, não foi possível alcançar a meta de 35 óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos até 2015.

Dessa maneira, muitos investimentos foram feitos para cumprir o compromisso assumido com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, tanto pelo Brasil, quanto pelos outros países. A experiência dos ODM foi bem-sucedida e melhorias significativas foram alcançadas, que provocaram mudanças positivas na vida das pessoas. Mas ainda há muito a ser feito e a Agenda 2030 pretende avançar nessas lacunas.

Os ODS são objetivos indivisíveis e integrados, dado que a construção de um desenvolvimento econômico, social e ambiental não é possível se não trabalharmos em todas as questões que afetam a vida das pessoas e que estão interligadas. Ainda, para falar em desenvolvimento, é preciso levar em conta a quem esse desenvolvimento deve beneficiar. É por isso que a Agenda é também centrada nas pessoas, sensível às questões de gênero e se baseia em assegurar os direitos humanos. Seu principal objetivo é não deixar ninguém para trás.

Uma característica central dos ODS é a grande ênfase nos meios de implementação – a mobilização de recursos financeiros, desenvolvimento de capacidades e tecnologia, bem como a geração de dados e fortalecimento de instituições.

As metas e objetivos estabelecidos constituem um plano de ação universal, a ser trabalhado por todas e todos – Estados, sociedade civil, empresas, terceiro setor, academia e outras partes interessadas –, elaborado a partir do entendimento de que construir um mundo sustentável e socialmente equitativo é responsabilidade e tarefa de todas as pessoas.

É a partir dessa perspectiva que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável se relaciona com seu município e com você. Alcançar o desenvolvimento humano sustentável e tornar o respeito aos direitos humanos uma realidade acontece no nível local. São as cidadãs e os cidadãos, nos seus municípios, que sabem suas necessidades e percebem como as políticas podem afetar seu dia-a-dia, identificando inclusive quais são os meios de implementação mais adequados para determinada localidade e levando em consideração as especificidades de seu contexto. Além disso, diversas metas a serem alcançadas estão relacionadas ao papel dos estados e municípios, que assumem responsabilidades não só na implementação dos ODS, mas também no engajamento e monitoramento dessa implementação.

Contudo, não podemos esquecer que a Agenda 2030 é um compromisso global que o Brasil assumiu. Dessa forma, ela se torna uma ferramenta importante para cidadãs e cidadãos reivindicarem seu cumprimento e, assim, fomentarem o desenvolvimento humano sustentável de seu município. É, ainda, uma oportunidade para trocar experiências e lições aprendidas com outras localidades, de forma a contribuir para um desenvolvimento integrado e identificar eixos de trabalho conjunto e cooperação entre os diferentes atores da sociedade, seja em outros municípios, estados ou até mesmo países.

É nesse espírito que convidamos cada um e cada uma de vocês a adotar essa Agenda e a contribuir na construção de um mundo justo e sustentável.

Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares



Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável



Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades



Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos



Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas



Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos



Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível   energia para todos



Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos



Construir infraestruturas resilientes, promover a industrializa o inclusiva e sustentável e fomentar a inova o



Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles



Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis



Assegurar padr es de produ o e de consumo sustentáveis



Tomar medidas urgentes para combater a mudan a climática e seus impactos (*)

(*) Reconhecendo que a Conven o Quadro das Na es Unidas sobre Mudan a do Clima [UNFCCC]   o f rum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global   mudan a do clima.



Conserva o e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável



Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertifica o, deter e reverter a degrada o da terra e deter a perda de biodiversidade



Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso   justiça para todos e construir institui es eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis



Fortalecer os meios de implementa o e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

parceria pnud-itaipu para o oeste do paraná

Após o Brasil assumir, em 2015, o compromisso global de alcançar o desenvolvimento sustentável por meio da Agenda 2030, muitos gestores públicos começaram a pensar como seria a implementação dessa agenda no nosso país. Esforços importantes estão sendo feitos, desde então, para pensar nos ODS a nível nacional mas, em um país de dimensões continentais e mais de 5 mil municípios, territorializar os ODS no nível de cidade também se faz essencial.

Pensando nisso, a Itaipu Binacional e o Programa das Na es Unidas para o Desenvolvimento se uniram para pensar a localização dos ODS a nível municipal, tendo o Oeste do Paraná como território de referência para este projeto pioneiro.

Apesar de já ter avançado na erradicação da pobreza, a região Oeste ainda enfrenta muitos desafios para conciliar suas potencialidades econ micas com um caminho de desenvolvimento humano sustentável.

O Projeto Oeste 2030: Cooperação para os ODS pretende justamente apoiar essa conciliação, construindo uma Agenda de Atuação Conjunta sobre os ODS e produzindo conhecimento capaz de potencializar o desenvolvimento local.

O projeto, que estará vigente até 2019, foi dividido em três eixos de ação principais: Diálogos para o Desenvolvimento Humano Sustentável; Avaliação e monitoramento local; e Formação de agentes locais.

O primeiro eixo pretende construir coletivamente Agendas de Atuação Conjunta municipais para a implementação da Agenda 2030 nas 54 cidades participantes da iniciativa. Para isso, o projeto propicia espaços de diálogos entre governo municipal, sociedade civil e setor privado, entre outros setores relevantes.

Os diálogos se iniciaram com a realização de Seminários Microrregionais para Localização dos ODS, em agosto de 2017. Também estão sendo realizadas diversas reuniões municipais com a participação do setor público, setor produtivo, centros de ensino e terceiro setor. A previsão   de realizar

diálogos recorrentes em cada um dos 54 municípios envolvidos até o final de 2018.

O segundo eixo trata de levantar e sistematizar informações e indicadores de desenvolvimento humano sustentável de maneira a apoiar a tomada de decisão local. Para isso, está sendo elaborada uma extensa base de dados municipais, que tem servido de subsídio para análises como esta, bem como para a construção de uma linha de base dos ODS.

O projeto também prevê uma plataforma online de dados. Você poderá acessá-la no endereço oeste2030.org.br para monitorar o progresso dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no seu município. Esse diagnóstico   o primeiro resultado desse esforço de pensar os indicadores em nível municipal.

Por fim, o último eixo busca garantir a sustentabilidade e a apropriação local do projeto, por meio da formação de agentes locais, assegurando a transferência de conhecimento técnico sobre ODS e sobre a elaboração de dados e análises que serão produzidas ao longo do projeto.

alcançando o desenvolvimento sustentável: metas e indicadores

Trabalhar em uma agenda comum de desenvolvimento, implementada por quase 200 países que vivem realidades por vezes profundamente distintas,   certamente desafiador. Para que isso seja possível,   necessário um detalhamento da agenda e do que se pretende alcançar, sem que esse detalhamento engesse as possibilidades de implementa o de a es locais para o alcance de objetivos e metas. Afinal, cada localidade tem condi es específicas para trabalhar pelo desenvolvimento humano sustentável, precisa de investimentos em diferentes áreas e possui orçamentos diversos.

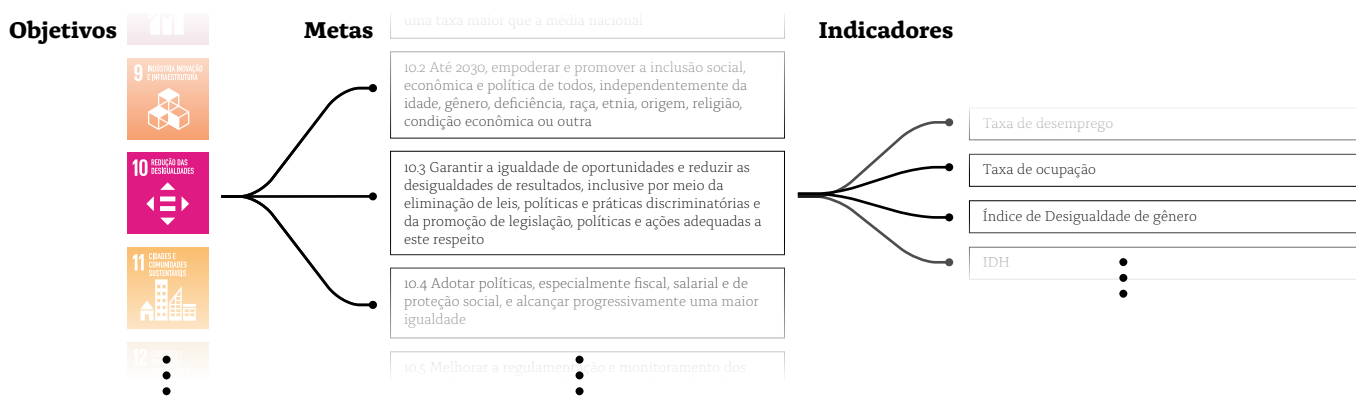
Nesse contexto, definir objetivos, metas e indicadores para a agenda   fundamental para acompanhar as mudanças que ocorrem e verificar a efetividade e o impacto de políticas, a es e investimentos. Por meio desses instrumentos, pode-se avaliar que práticas foram bem-sucedidas e podem ser replicadas, como aprimorá-las e que a es não obtiveram os resultados esperados. Também   possível comparar, por exemplo, a situa o de dois ou mais municípios, ou ainda a situa o de determinado município em um período temporal.

Um objetivo   algo mais amplo e estratégico, que indica o que se pretende alcançar, isto  , o propósito de determinada iniciativa – nesse caso, da agenda de desenvolvimento. O terceiro Objetivo de Desenvolvimento Sustentável, o ODS 3, por exemplo, apresenta um dos propósitos da Agenda 2030, que   “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades”.

Para o alcance do objetivo, são definidas metas, que se referem a conquistas, em geral quantificadas e com prazos temporais, que contribuiriam para atingir o objetivo. No exemplo citado, a primeira meta do ODS 3   “Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos”. Ou seja, ao reduzir a taxa de mortalidade materna, o país estaria mais próximo de atingir seu objetivo de assegurar vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas até 2030.

Os indicadores, por sua vez, nos mostram aspectos da realidade, possibilitando que mensuremos determinada situa o, identificando áreas em que houve avanços e retrocessos. Logo, para medirmos a mortalidade materna em um local,   preciso estabelecermos um instrumento que permita quantificar o evento – mortalidade materna – e compará-lo temporalmente ou com outras localidades. Nesse caso, o indicador   uma razão entre o número de óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos, em determinado local e ano.

No âmbito da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, foram estabelecidos metas e indicadores para cada ODS, de forma a facilitar a implementa o de uma agenda única de desenvolvimento por um grande número de países. Todas as metas estão disponíveis em www.agenda2030.org.br e www.nacoesunidas.org/pos2015. Saiba mais sobre os indicadores a seguir.



Como os ODS serão acompanhados?

Em âmbito global, os objetivos e as metas da nova Agenda serão acompanhados por meio de um conjunto de indicadores criados para medir o alcance das ações e as mudanças provocadas nos países. O quadro de indicadores globais foi desenvolvido por um grupo das Nações Unidas chamado Grupo Interagencial de Peritos sobre os Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O grupo é formado por 26 países-membros da ONU e o Brasil, que atualmente é Presidente da Comissão de Estatística da ONU, além de agências regionais e internacionais que o compõem como observadoras.

Esse grupo tem a desafiadora missão de desenvolver e implementar uma lista de indicadores globais que permita medir o avanço dos países no alcance dos objetivos e das metas da Agenda 2030. Como diversos dos temas levantados pela Agenda 2030 não são tradicionalmente medidos pelas organizações que produzem estatísticas globais, o grupo classificou os indicadores propostos em três níveis (Tier 1, Tier 2 e Tier 3), com base no seu nível de desenvolvimento metodológico e disponibilidade de dados. Esse conjunto de dados já está sendo monitorado pela ONU e dois relatórios globais foram lançados.

No nível nacional, governos desenvolverão seus próprios indicadores para ajudar a acompanhar o progresso dos objetivos e metas. Isso facilita o monitoramento da implementação da Agenda 2030 no país, a partir de indicadores já existentes e coletados regularmente. A adaptação para o nível nacional também é importante para verificação de lacunas na coleta de dados e identificação de aprimoramentos necessários.

No mais, avaliar a implementação da Agenda 2030 representa um exercício do país de sistematizar o conhecimento disponível sobre sua realidade e situação local, de forma integrada e abrangente, permitindo uma análise totalizante do contexto nacional.

O Brasil já saiu na frente nesse exercício e elaborou um Relatório Nacional Voluntário sobre os ODS em 2017. No mesmo ano, o Grupo de Trabalho da Sociedade Civil para a Agenda 2030 também elaborou um relatório, chamado Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (incluir hyperlink no título dos relatórios http://www4.planalto.gov.br/ods/publicacoes/relatorio-voluntario_brasil2017port.pdf E <https://brasilnaagenda2030.files.wordpress.com/2017/10/relatorio-luz-completo.pdf>) Ainda, foi criada a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, para avançar na implementação da Agenda 2030.

Tier 1

Indicador conceitualmente claro, metodologia e padrões estabelecidos disponíveis e dados regularmente produzidos por países

Tier 2

Indicador conceitualmente claro, metodologia e padrões estabelecidos disponíveis, mas os dados não são produzidos regularmente por países

Tier 3

Indicador para o qual não há metodologia e padrões estabelecidos; ou metodologia e/ou padrões estão sendo desenvolvidos e/ou testados

Relatório Nacional Voluntário sobre os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Elaborado pela Secretaria de Governo da Presidência da República, pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econ mica Aplicada (IPEA), com supervisão da Casa Civil da Presidência da República e da Secretaria de Comunica o Social da Presidência da República

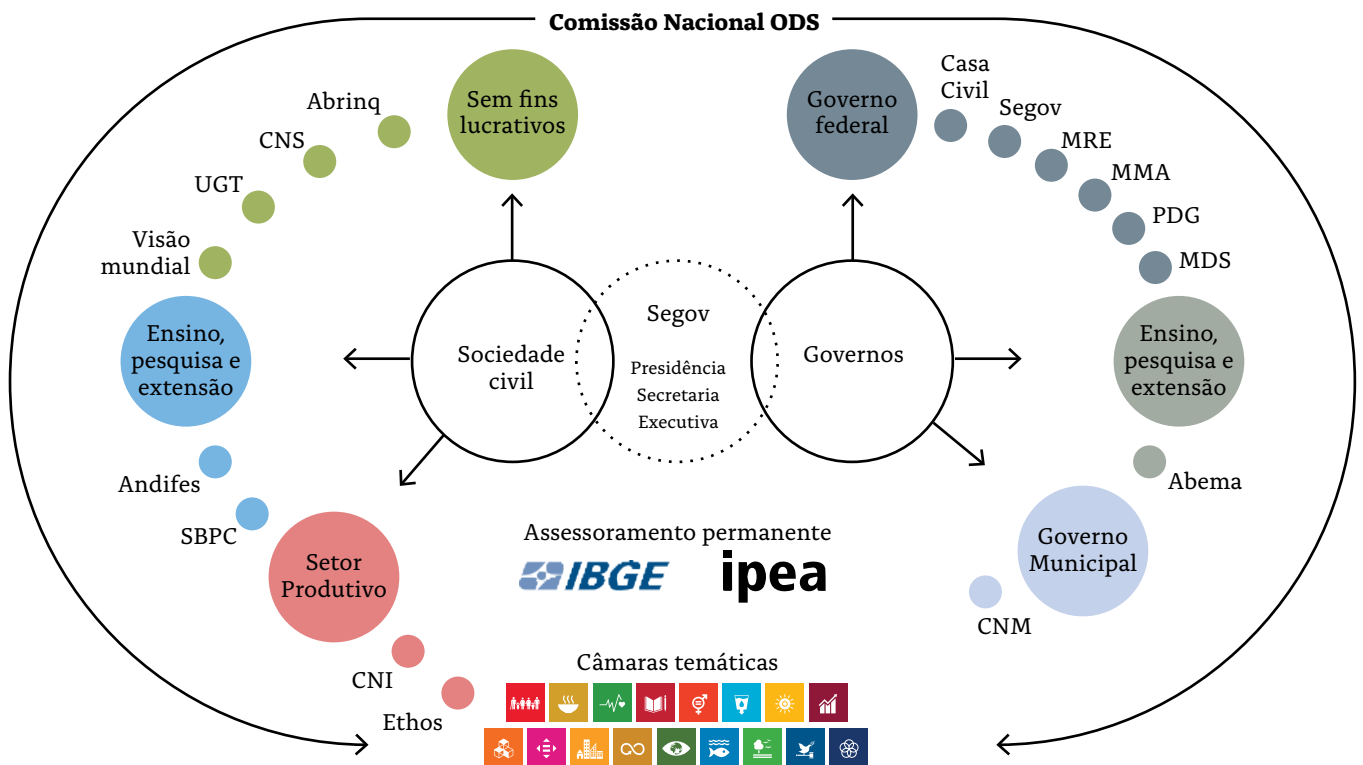


Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Em 2016, por meio do Decreto n  8.892, o Brasil criou a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que tem como objetivo apoiar a implementa o da Agenda 2030 no país, de modo que seja internalizada e difundida pelos atores nacionais e tornando o processo de implementa o mais transparente e participativo.

A Comissão Nacional conta com a participa o de representantes do governo e da sociedade civil, nomeados em 2017 (Portaria n  38, Diário Oficial da União, 24 de maio de 2017), totalizando 32 representantes, entre titulares e suplentes.

O prefeito de Assis Chateaubriand (2017-2020) e presidente da Associa o dos Municípios do Paraná (AMP, 2017-2019)   um dos representantes dessa Comissão.



Fonte da imagem: Secretaria de Governo da Presidência da República. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ods/menu-de-relevancia/comissao-ods>

Em 2017, a Comissão teve seu Plano de Ação (2017 – 2019) aprovado. O Plano foi dividido em cinco eixos estratégicos, que buscam responder aos desafios mais imediatos da Comissão nos primeiros anos. Os eixos são: (i) Disseminação da Agenda 2030; (ii) Agenda 2030 Brasil (internalização); (iii) Territorialização (interiorização); e (iv) Acompanhamento e monitoramento; além do eixo Gestão e Governança da Comissão, de caráter transversal.

Assim, o propósito é que o Plano de Ação contribua para garantir condições para a implementação da Agenda 2030 de maneira adequada.

O Plano completo está disponível para download:

<http://www4.planalto.gov.br/ods/noticias/comissao-nacional-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-lanca-plano-de-acao/plano-de-acao-da-cnods-2017-2019.pdf>

Do mesmo modo, os governos subnacionais (estaduais e municipais) são estimulados a contribuir para o alcance dos objetivos e das metas da Agenda 2030. Em 2016, o Paraná se comprometeu a trabalhar para cumprir os ODS ao publicar o Decreto 1.311/1983 no DIOE 9741, que incorpora o acompanhamento de um Plano Sustentável de Desenvolvimento (PSD) do estado, integrado à Agenda 2030, pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado do Paraná (CEDES). O CEDES, além de aprovar e acompanhar o PSD, tem como atribuição propor medidas que otimizem a atuação do governo estadual em áreas de desenvolvimento econômico e social, com o intuito de promover melhorias na vida das pessoas.

No mais, no Estado do Paraná, o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES) e a Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar) têm trabalhado na identificação de indicadores estaduais, que já foram ou poderiam ser produzidos, relacionados aos ODS.

Por sua vez, o PNUD e a Itaipu têm trabalhado para a identificação de indicadores de âmbito municipal. Nessa publicação, você encontrará alguns indicadores que foram selecionados para analisar a situação dos municípios do Oeste do Paraná e que poderão nos ajudar no monitoramento da implementação da Agenda 2030.

Já está disponível a plataforma desenvolvida pela parceria do PNUD com a Itaipu Binacional no endereço www.oestepr2030.org.br. O site disponibiliza indicadores ODS para os 54 municípios da região Oeste do Paraná.



como posso implementar a agenda 2030 no meu município?

A realiza o da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável   um compromisso assumido pelo país e que precisa contar com o engajamento de governos e organiza es em todos os níveis, do federal ao municipal, e de seus habitantes.

As cidades têm uma importância central nesse contexto, pois podem transformar a implementa o da Agenda 2030 em algo concreto e eficiente, próximo da realidade e do cotidiano das pessoas. No mais, todos os ODS têm metas diretamente ligadas às responsabilidades dos governos subnacionais, o que torna a localiza o da Agenda 2030, isto  , a pondera o dos contextos subnacionais em sua implementa o, ainda mais relevante. Estabelecer objetivos e metas, definir meios de implementa o e estipular indicadores para monitoramento são processos que precisam ser realizados levando em considera o esses contextos para que sejam bem-sucedidos.

Localiza o trata-se, então, tanto de identificar como os governos locais e regionais podem apoiar a realiza o dos ODS por meio de a es "de baixo para cima", quanto a forma como os ODS podem fornecer um arcabouço para uma política de desenvolvimento local.

Mas incorporar a Agenda 2030 no nível local pode não parecer,   primeira vista, uma tarefa simples. Contudo, há caminhos já traçados que podem apoiar esse exercício. Primeiramente, alguns trabalhos já foram feitos para apoiar os governos locais a integrar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em seus municípios.

Guias de localiza o dos ODS



Guia para integra o dos ODS nos municípios brasileiros (CNM; PNUD)
http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/Guia_para_Integra%C3%A7%C3%A3o_dos_ODS.2017.pdf



Guia para localiza o dos ODS nos municípios brasileiros (CNM)
http://www.cnm.org.br/cms/biblioteca_antiga/ODS-Objetivos_de_Development_Sustentavel_nos_Municipios_Brasileiros.pdf



Roteiro para Localiza o dos ODS (ONUBR)
<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/06/Roteiro-para-a-Localizacao-dos-ODS.pdf>



ODS Compass: Diretrizes para implementa o dos ODS na estratégia dos negócios
https://sdgcompass.org/wp-content/uploads/2016/04/SDG_Compass_Portuguese.pdf

Além disso, podemos levar em conta certas considerações que ajudam nesse processo:

- É importante conhecer a realidade local para identificarmos de que forma os objetivos e metas da Agenda 2030 se relacionam e podem contribuir para o desenvolvimento territorial. É com isso que esse documento pretende contribuir, trazendo um diagnóstico da situação dos 54 municípios do Oeste do Paraná.

- Nesse percurso, além de levantar indicadores que se relacionam com as metas, pode-se também identificar indicadores que ainda precisam ser criados e dados a serem coletados, para que possamos ter uma melhor análise situacional.

- Integrar os ODS ao planejamento municipal – seja nos Planos Plurianuais (PPA), no Plano Diretor ou em outros documentos – também contribui para trabalhar de forma alinhada com a Agenda 2030. Além disso, o setor produtivo também pode incluir os ODS no seu planejamento, seja por meio dos planos estratégicos ou dos relatórios de sustentabilidade.

- Nesse contexto, vale notar que, por os ODS serem indivisíveis e integrados e por esse ser um primeiro exercício de levantamento de indicadores municipais, não dividimos o diagnóstico de acordo com os elementos da Agenda. No entanto, isso não impede que esse exercício seja feito nos municípios, como metodologia de trabalho para integração ao planejamento local.

- Esse trabalho não começa do zero. Pela abrangência da Agenda 2030, diversos temas provavelmente já estavam sendo trabalhados pelos municípios. Por isso que é recomendável identificar áreas de atuação e parcerias já iniciadas que se vinculam com os ODS e as metas.

- O trabalho de localização dos ODS não é singular a cada município ou gestão. Há questões em comum que podem ser construídas coletivamente. Em primeiro lugar, recomenda-se a criação de fóruns participativos que permitam o monitoramento da implementação dos ODS e a contribuição da população local. Também é importante a formação de mecanismos de acompanhamento e coordenação institucional, que auxiliam no desenvolvimento de um trabalho conjunto. Por outro lado, é positivo buscar apoio e parceria com governos (inclusive de diferentes municípios), organismos internacionais (como o PNUD), iniciativa privada (como a Itaipu) e outros atores que possam contribuir com essa iniciativa. Parcerias sólidas são fundamentais para o alcance do desenvolvimento

humano sustentável, o que está inclusive expresso em uma das grandes áreas da Agenda 2030 – Parcerias. Afinal, a realização da Agenda 2030 é uma tarefa de todos, não somente do poder público, e a troca de experiências e lições aprendidas torna esse processo mais rico e efetivo.

- Para tanto, não podemos nos esquecer de sistematizar as informações produzidas e as experiências vivenciadas. Isso pode auxiliar tanto a elaboração de relatórios nacionais sobre a implementação da Agenda 2030, quanto para compartilhar aprendizados com outras localidades não só do Brasil, mas do mundo todo. No Paraná, uma iniciativa nesse sentido está sendo desenvolvida. A Companhia de Tecnologia da Informação e Comunicação do Paraná (Celepar) desenvolveu um portal que pretende compilar boas práticas de ações para o alcance dos ODS no estado: <http://www.boaspraticasods.pr.gov.br/>

- Além disso, vale lembrar que nem tudo é responsabilidade dos municípios. A Agenda 2030 é ampla e abarca temas distintos, alguns dos quais são responsabilidade direta do Governo Federal e outros do Governo Estadual. Para que a Agenda seja efetiva, é importante que os três níveis trabalhem juntos, respeitando o pacto federativo e as responsabilidades de cada um.

Movimento Nacional ODS Nós Podemos, no Paraná

O Movimento Nacional ODS Nós Podemos (MNODS) vem contribuindo para os avanços das agendas globais de desenvolvimento da ONU desde 2004. Criado com o intuito de conscientizar e mobilizar a sociedade civil e o governo para atingir os ODM, o Movimento se voltou agora para o alcance do ODS, tornando-se uma importante plataforma de articula o de parcerias para esse novo desafio.

*O MNODS está aberto para participa o de voluntários, empresas, ONGs e governo. Conheça o Núcleo Estadual ODS Nós Podemos Paraná e envolva-se nesse desafio!
Saiba mais: <http://www.odsnospodemos.org/>*

*sobre o
diagnóstico*

este documento

Adaptar a Agenda para o nível local é uma das primeiras tarefas que temos pela frente. Para tanto, é imprescindível conhecer nossa realidade para além de nossas percepções, utilizando também dados que temos disponíveis. Assim, poderemos identificar que metas e objetivos serão prioritários para trabalharmos e demandarão mais atenção e investimento.

Esse diagnóstico pretende apoiar o desenvolvimento local dos 54 municípios da região Oeste do estado do Paraná. Seu objetivo é sistematizar informações e dados sobre os municípios, de forma que seja possível identificar lacunas e problemas da região, desenhar ações e formas de implementação adequadas à realidade local e fazer um acompanhamento do progresso de políticas e iniciativas locais, trabalhando de maneira mais efetiva e integrada no desenvolvimento da região Oeste.

O documento que você tem em mãos trabalha então nesses dois eixos: o diagnóstico situacional sobre os municípios do Oeste do Paraná e sua vinculação com a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Assim, da mesma forma que a Agenda, ele está acessível a todas as pessoas e pretende contribuir no trabalho de cada um e cada uma pelo desenvolvimento.

Para tanto, foram levantados indicadores municipais que mais se adequavam às metas da Agenda 2030, identificadas ao longo do texto. Os dados apresentados foram buscados em diferentes bases oficiais, com o intuito de disponibilizar o que se tem de informação mais atual sobre cada área analisada. Nem todos os dados disponíveis são

apresentados aqui, mas a escolha dos indicadores foi feita de maneira cuidadosa, com o objetivo de mostrar o que há de mais relevante e o que se destaca para a região e para os 54 municípios.

No entanto, vale lembrar que o diagnóstico é um primeiro passo nesse caminho, fundamental para o avanço da sustentabilidade e da justiça social, mas que não acaba em si mesmo. Pelo contrário: a proposta é apontar quais são as áreas que estamos bem e quais ainda precisamos melhorar, para que juntas e juntos possamos definir em que sentido caminharemos.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

HOME O ATLAS PERFIL CONSULTA MAPA RADAR IDHM ÁRVORE RANKING DOWNLOAD

Navegue pelos dados do atlas, crie seus próprios mapas e gráficos

Perfil
Consulte o perfil da sua localidade

estado região metropolitana município unidade de desenvolvimento humano

Busca

Escolha como deseja visualizar os dados

- Consulta**: Selecione seus indicadores e crie tabelas
- Mapas**: Navegue pelos dados em mapas temáticos
-  rvore**: Visualize os dados do IDHM em forma de  rvore
- Rank**: Ranking do  ndice de desenvolvimento Humano Municipal
- Perfil**: Consulte o perfil da sua localidade

Alcançar 17 Objetivos e 169 metas demanda bastante trabalho, mas nem tudo precisa acontecer ao mesmo tempo. Em primeiro lugar, algumas atribui es são de outras esferas de governo e espaços de atua o. Em segundo, alguns objetivos se relacionam mais e outros menos com seu município, o que significa que algumas áreas – como saúde, igualdade de gênero e mobilidade, por exemplo – podem precisar de mais aten o que outras, por apresentarem piores dados. O município pode, então, priorizar investimentos e trabalho para ampliar o atendimento a mulheres vítimas de violência, incluir a temática da igualdade de gênero em seus currículos escolares e aumentar o número de vagas em creches e escolas primárias públicas, por exemplo, com o intuito de promover a igualdade de gênero se este for um tema importante da realidade local.

No Atlas Brasil, você pode encontrar outros dados sobre seu município. L  no site,   possível ver o perfil de cada município e ter acesso a diversos dados, entre eles o  ndice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), que   acompanhado por mais de 200 indicadores socioecon micos. E não   só para seu município – o site também traz dados de estados, regiões metropolitanas e unidades de desenvolvimento humano, áreas similares a bairros.

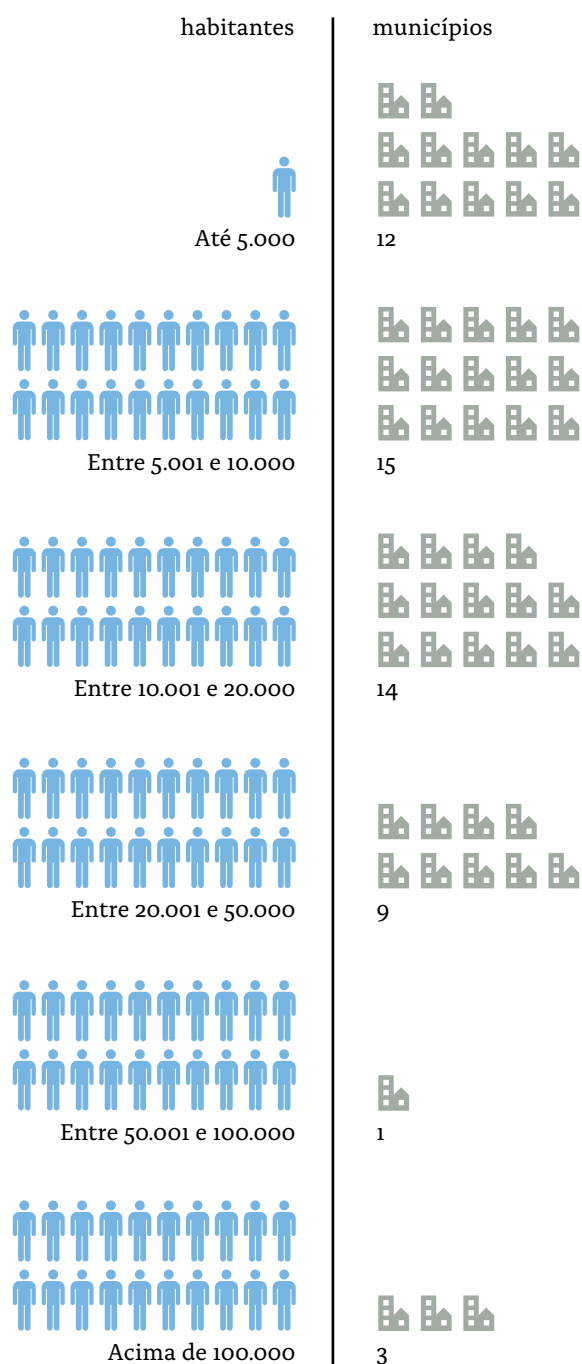
por falar em desenvolvimento

Quando falamos em desenvolvimento de um país, estamos pensando em seu desenvolvimento em diferentes setores, como, por exemplo, saúde, educação, proteção ambiental, saneamento básico, energia, entre outros, que provocam uma melhoria nas condições de vida da população, em harmonia com o meio ambiente e de maneira distribuída pelo território, permitindo que os diversos grupos sociais, de cada região, estejam inseridos nesse processo e dele sejam beneficiados.

Nesse diagnóstico, trabalharemos com três dimensões do desenvolvimento: desenvolvimento humano, sustentável e territorial (ou regional).

A partir desses elementos, podemos estabelecer que desenvolvimento queremos para a região onde vivemos, isto é, para o Oeste do Paraná. Partindo dessa ideia, o PNUD e a Itaipu têm feito reuniões participativas em cada município da região, para construir uma Agenda de Atuação Conjunta e definir coletivamente os desafios enfrentados no nível municipal.

A região Oeste do estado do Paraná tem especificidades que precisam ser levadas em consideração quando pensamos em trabalhar para o desenvolvimento local, sem perder a perspectiva das esferas nacional e global. Em primeiro lugar, a região é formada por 54 municípios que, em sua maioria, são de pequeno porte. De acordo com dados da população estimada para 2017 do IBGE, 12 municípios da região têm até 5 mil habitantes, 15 municípios têm entre 5 e 10 mil, somente 1 tem entre 50 e 100 mil e apenas três têm acima de 200 mil habitantes. Os outros 23 municípios estão na faixa de 10 a 50 mil habitantes.



Apesar da relativa pequena população, a região se destaca pela intensa produção agrícola e por abrigar um dos principais polos turísticos, hídricos e energéticos do país. Esses fatores influenciam de maneira significativa a dinâmica regional, influenciando a atividade econ mica, a gera o de empregos, a forma o educativa das pessoas, o acesso a bens e serviços, entre outros.

Somado a isso, o Oeste também se localiza na principal região fronteira do país, fazendo divisa com dois países: Paraguai e Argentina. Essa característica provoca uma série de efeitos, relacionados às rela oes comerciais e econ micas,   cultura, a elementos da linguagem e do idioma,   segurança,   migra o, isto  , a questões da integra o entre os três países e suas popula oes de maneira geral.

O Oeste do Paraná   também importante polo educacional. A região abriga a Universidade Federal da Integra o Latino-Americana (Unila), a Universidade Federal do Paraná (UFPR) a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), o Instituto Federal do Paraná (IFPR), a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) e outras diversas institui oes de ensino superior particulares.

Outro elemento importante que está presente na região e influencia sua dinâmica e a integra o regional do país   a presença da Itaipu Binacional, a maior geradora de energia hidrelétrica do mundo, que abastece a produ o energética de dois países – Brasil e Paraguai.

 , então, a partir dessas características e especificidades, somadas aos dados sociais, ambientais e econ micos, que devemos olhar para a região e para seu desenvolvimento. Assim, na primeira parte desse documento, focamos no diagnóstico da região Oeste do Paraná, para posteriormente nos determos às realidades municipais e olharmos também para suas especificidades.

Desenvolvimento humano

Desenvolvimento humano   o processo de amplia o das liberdades das pessoas, no que tange às suas capacidades e às oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter.

O processo de expansão das liberdades inclui as dinâmicas sociais, econ micas, políticas e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, bem como o ambiente propício para cada um exercer na plenitude seu potencial. Assim, desenvolvimento humano deve ser centrado nas pessoas e na amplia o do seu bem-estar, entendido não como o acúmulo de riqueza e o aumento da renda, mas como a amplia o do escopo das escolhas e da capacidade e da liberdade de escolher. Nesta abordagem, a renda e a riqueza não são fins em si mesmas, mas meios para que as pessoas possam viver a vida que desejam.

Desenvolvimento sustentável

Desenvolvimento sustentável   definido como o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da gera o atual, sem comprometer a capacidade das futuras gera oes de satisfazerem as suas próprias necessidades.

Isso significa promover o desenvolvimento de forma ambientalmente sustentável, buscando preservar recursos naturais, habitats, fauna e flora, para que as próximas gera oes não sejam prejudicadas nem tenham seus direitos violados.

Desenvolvimento humano sustentável

O que seria então desenvolvimento humano sustentável? A partir dos conceitos apresentados anteriormente, promover um desenvolvimento humano sustentável significa ampliar as liberdades das pessoas, permitindo que tenham oportunidades e condi oes concretas de expandir suas capacidades e escolher a vida que desejam ter, sem que isso incorra em destrui o do meio ambiente e da sustentabilidade do planeta.

Também significa distribuir essa responsabilidade da preserva o ambiental de forma equitativa, sem impedir o desenvolvimento humano de algumas pessoas e grupos sociais para garantir o desenvolvimento de outros e a sustentabilidade ambiental.

Desenvolvimento territorial

Desenvolvimento territorial – ou regional –   um processo de mudanças no nível subnacional, que visa equilibrar as disparidades entre as diferentes regi oes do país, de forma a impulsionar o desenvolvimento da comunidade em questão. Esse processo está relacionado   possibilidade de as regi oes se desenvolverem de acordo com suas especificidades e contexto local, não somente em termos econ micos, mas também sociais. Essa perspectiva leva em considera o ainda aqueles territórios que estão distantes de grandes conglomerados urbanos e que estabelecem atividades produtivas próprias, que geram uma série de efeitos nas condi oes socioeconômicas de sua popula o e na dinâmica de sua sociedade, ao mesmo tempo em que são afetadas por essas condi oes e dinâmica.

como ler esse diagnóstico?

Gráficos e mapas também trazem dados e informações importantes para nosso entendimento da situação de um município. Eles facilitam a comparação com outros dados (ou com outras localidades) e transformam um dado numérico em um recurso visual, fácil de enxergar e de compreender sua dimensão.

Existem três tipos de gráficos principais, que devem ser lidos de maneiras diferentes.

Vendas de frutas na feira

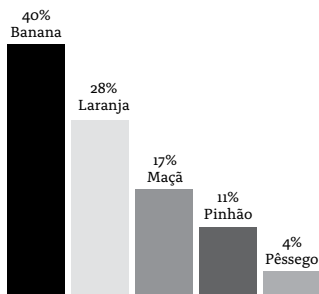


Gráfico de barras (ou colunas)

Esses gráficos, por outro lado, nos ajudam a comparar quantidades entre si. Da mesma forma, sem sabermos exatamente os números, conseguimos perceber que a banana foi a fruta mais vendida na feira do último domingo, enquanto pêssego foi a que fez menos sucesso.

Torcidas de futebol

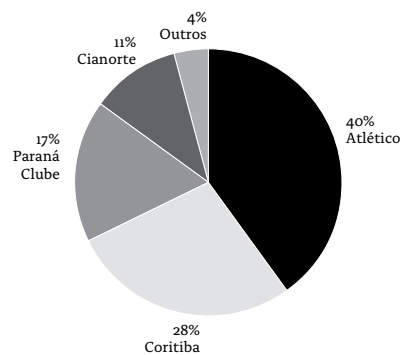


Gráfico de pizza (ou torta)

Esse tipo de gráfico nos ajuda a comparar o dado que queremos analisar com o todo, com o conjunto. Por isso, usualmente ele vem acompanhado de porcentagens. Por exemplo, só de olhar para o gráfico ao lado conseguimos tirar a primeira conclusão: dentre os entrevistados, o maior número de torcedores é do Atlético, que tem o pedaço maior da pizza. No exemplo dado, as porcentagens estão destacadas, mas poderíamos chegar a essa informação mesmo se não soubéssemos dos 40%.

Pluviosidade anual no Paraná

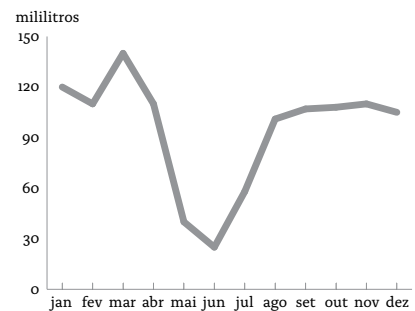


Gráfico de linhas

Os gráficos de linhas geralmente são utilizados para compreendermos o quanto quantidades mudaram ao longo do tempo. Por exemplo, é fácil perceber, pelo gráfico ao lado, que a quantidade de chuvas no estado do Paraná no início do ano é alta, caindo quando se aproxima de maio e, depois, subindo novamente a partir de agosto.

ATENÇÃO!

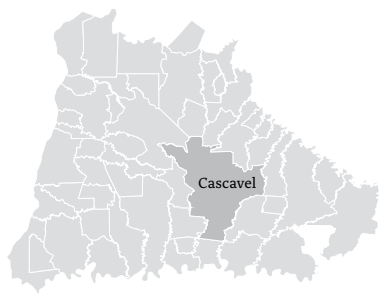
Apesar da visualização de dados ser uma maneira muito útil de ilustrar informações sobre um município, os gráficos podem ser enganosos quando não vistos com atenção.

Veja alguns detalhes importantes para ler as informações expressas em gráficos neste diagnóstico:

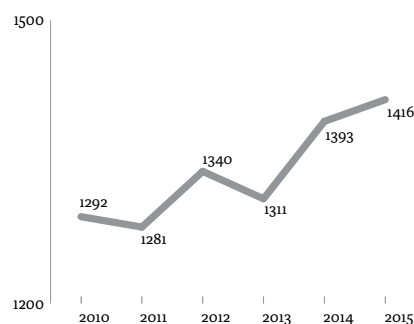
Quando a soma total não é 100%

Nem todas as informações disponibilizadas podem ser somadas e ter um resultado de 100%. Em alguns casos, como população, temos um número total de pessoas do município, que representa 100%. No entanto, quando esse número é desagregado por raça/cor, por exemplo, nem sempre a soma de branco + preto + pardo + amarelo + indígena resulta no mesmo valor de população total, porque essa é uma informação auto declaratória, o que significa que depende da resposta do entrevistado, que pode se negar a dar informação de raça/cor. Dessa forma, a pessoa será contada na população total, mas não nos dados desagregados por raça/cor. Na maioria dos casos, a quantidade de não-declarados é muito pequena, e não influencia na leitura geral do indicador.

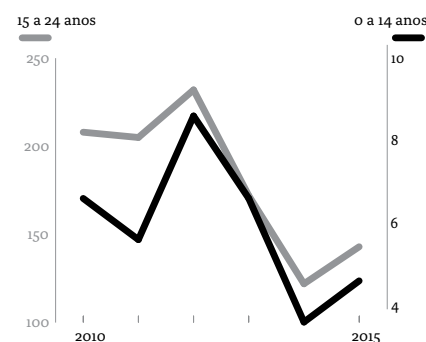
Municípios do Oeste do Paraná



Volume de água produzido no município por 1.000m³



Número de homicídios no município, por faixa etária



Mapas

Outra forma de apresentar e ler dados é através de mapas. Além de informações geográficas, os mapas podem trazer também dados que facilitam a comparação entre municípios, estados, países ou regiões. O mapa acima traz o IDHM de municípios do Paraná em 2010, de acordo com dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013. Ao olhar o mapa, é possível identificar as áreas com maior IDHM – nas cores azul (muito alto desenvolvimento humano) e verde (alto desenvolvimento humano) –, médio desenvolvimento humano (em amarelo) e com menor IDHM (em laranja, baixo desenvolvimento humano, e vermelho, muito baixo desenvolvimento humano).

Quando a escala não começa em zero

Em alguns casos, a variância dos dados é pequena, ou os valores analisados são muito altos, e começar a escala por zero deixaria as diferenças quase invisíveis no gráfico. Por exemplo, no gráfico acima, começar a escala em 1200 permitiu ter uma visualização mais interessante da variância do volume de água produzido entre 2010 e 2015.

Quando há duas escalas

Para algumas análises, optou-se por trazer duas informações em um mesmo gráfico. Nesses casos, é possível que o gráfico tenha duas escalas diferentes, uma para cada informação. Nesse exemplo nota-se que a informação é trazida em números brutos, e por isso o valor do Oeste do Paraná é muito mais alto que o valor de Ubitatã, o que fez com que o gráfico tivesse duas escalas para que as duas informações ficassem visíveis.

Por que o diagnóstico traz alguns dados antigos, de 2010, e outros mais recentes?

Para elaborar esse diagnóstico, buscamos dados confiáveis e mais recentes dos municípios da região Oeste do Paraná. Alguns foram obtidos de fontes estaduais, como os dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), e outros foram retirados de bases de dados nacionais. Entre elas, a principal fonte é do Censo de 2010, que é aplicado a cada 10 anos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em todo o território nacional.

O Censo é uma extensa base de dados, que traz informações socioeconômicas da população brasileira e de seus domicílios, apresentando um retrato do país e permitindo comparações entre essas localidades. Contudo, como esses dados são coletados somente a cada 10 anos, buscamos dados mais recentes produzidos para os municípios da região, que possibilitam um olhar mais atual e a elaboração de um diagnóstico mais próximo da realidade local em 2017.

A coleta e produção de dados é complexa e demorada. Assim, ainda que exista um esforço local de produção de dados municipais mais recentes, nem todos os dados que gostaríamos de analisar estão disponíveis, por isso recorremos ao Censo e a outras bases de dados. E, nesse processo, também podem-se identificar dados que não foram coletados e que poderiam trazer informações relevantes para o município, a serem adotados em coletas futuras.

Aqui demonstra-se a importância de empreendimentos dessa magnitude, como a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Ao provocar um olhar totalizante para a situação de municípios, estados e países, de forma sistematizada por meio de objetivos, metas e indicadores, a Agenda 2030 coloca um desafio a todos os países do mundo: fazer um diagnóstico de sua realidade, de forma consistente, com dados que demonstrem qual é a situação atual e que elementos da realidade ainda não nos é possível diagnosticar, pela inexistência de dados que fundamentem nossa análise. Além disso, são importantes para que, após identificar entraves e caminhos para o desenvolvimento, possamos medir os avanços alcançados.

Por último, é importante notar que os dados são uma das melhores maneiras de conhecer a realidade, mas são o resultado de médias, o que pode esconder algumas desigualdades e não refletir exatamente a realidade. Por exemplo, a renda domiciliar per capita do Brasil em 2010 era R\$ 793,87, porém o município de São Caetano do Sul, em São Paulo, tinha uma renda de R\$2.043,74 e o município de Marajá do Sena, no Maranhão, tinha uma renda de R\$ 96,25. Quando analisamos regiões menores, esse problema das médias diminui, mas é preciso sempre estar atento para que ninguém seja deixado para trás.

Os dados também sofrem interferências no momento da coleta. Uma pergunta mal compreendida, uma informação que foi esquecida ou confundida pelo respondente ou mesmo um dado que não informamos ao pesquisador pode distanciar os dados da realidade. Nesse caso, a situação é inversa a das médias. Quando estamos falando de dados nacionais ou de grandes medidas, esses erros e descuidos não alteram significativamente a informação que produzem. Por outro lado, quando trabalhamos no nível local, especialmente com municípios de pequeno porte, é possível encontrar distorções entre as informações produzidas pelos dados e a realidade. Por isso o planejamento local deve estar sempre baseado em dois eixos centrais: na informação disponibilizada pelos dados e na participação da sociedade, de maneira que tanto a percepção individual quanto a construção de indicadores sejam refinadas, para que assim se alcance um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo e sustentável.

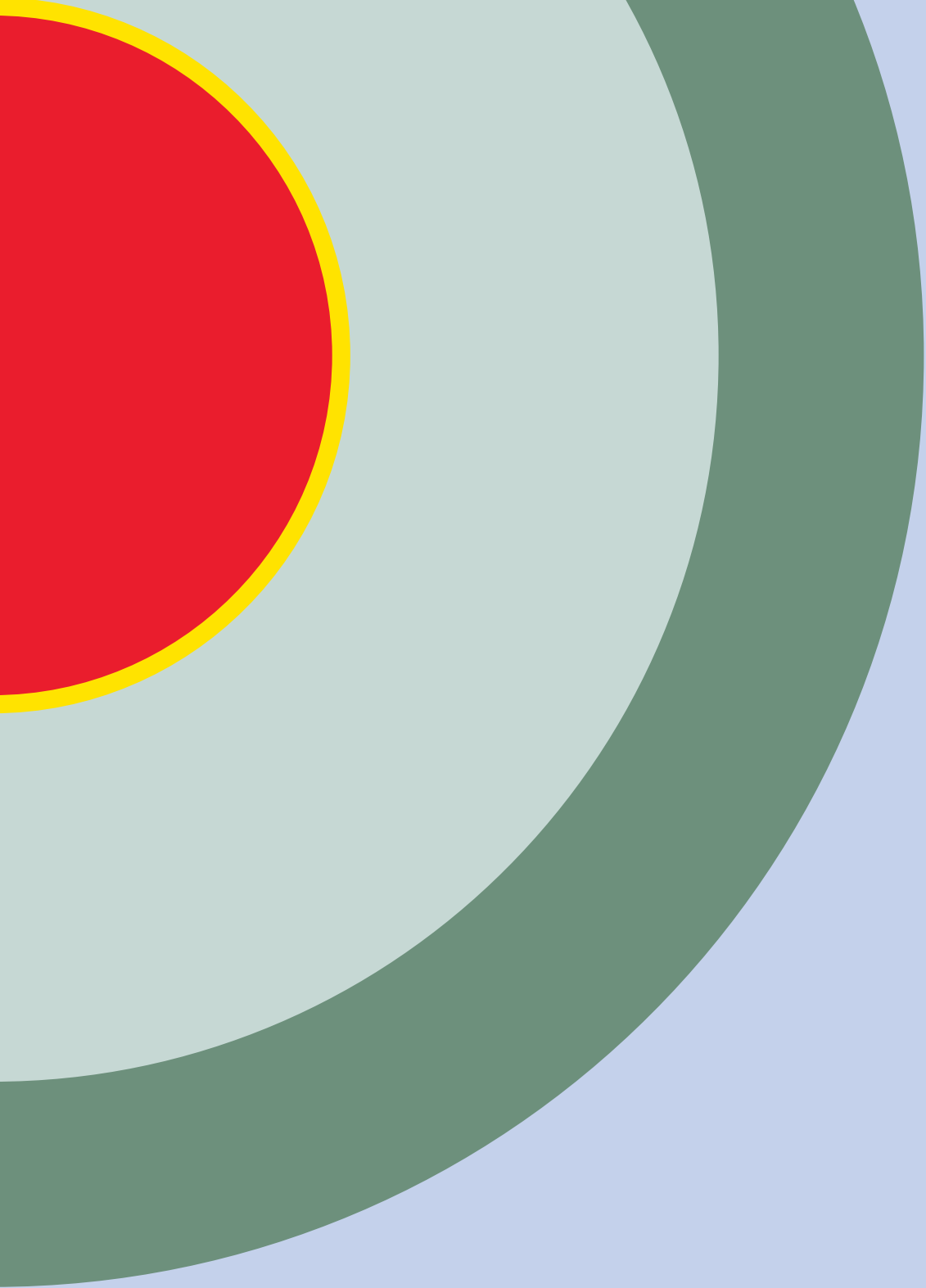
Os indicadores apresentados nesse diagnóstico são os indicadores oficiais dos ODS?

Não. Ainda não foi definida uma lista de indicadores nacionais para o monitoramento da implementação da Agenda 2030, algo que está sendo trabalhado pela Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Estado do Paraná está elaborando um grupo de indicadores que poderá auxiliar nesse monitoramento, no nível estadual.

Esse diagnóstico é um primeiro exercício de levantamento de indicadores internacionais e nacionais cujos dados já estão disponíveis para o nível municipal e que, por isso, possibilitaram a elaboração de uma análise situacional da região Oeste do Paraná.

De qualquer maneira, os municípios podem estabelecer seu quadro de indicadores próprio, levando em consideração os dados disponíveis, as potencialidades de coleta de novos dados e as capacidades de instituições de pesquisa estabelecidas localmente.

*diagnóstico de
ramilândia*



introdu o



Se você chegou até aqui, já sabe melhor o que   Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). E já conheceu também um pouco mais sobre a região Oeste do Paraná. Agora falta conhecer a realidade de cada município, com base em dados estatísticos retirados de fontes oficiais, e sua rela o com as metas dos ODS.

Nesse momento, passamos a olhar para os dados estatísticos de Ramilândia e sua rela o com os objetivos e metas da Agenda 2030.

Lembre-se que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são objetivos indivisíveis e integrados, pois   preciso trabalhar em variadas frentes para alcançarmos o desenvolvimento. Melhorias na área de educa o dependem não somente da disponibilidade e qualidade do ensino e da infraestrutura das escolas, mas também de nutri o adequada às crianças, trabalho decente para seus pais e segurança para todos e todas, nas escolas, no seu entorno e nos locais de moradia.

Por isso este diagnóstico foi dividido por áreas temáticas, e não por ODS. Você encontrar  ODS que se repetem em algumas áreas e outras áreas que trazem mais de um ODS. Por exemplo, a área temática de Saúde agrega indicadores do ODS 2, 3 e 5. A proposta   apresentar indicadores prioritários para a o de desenvolvimento municipais. A Agenda 2030 vem para contribuir a estabelecer metas conjuntas, padrões internacionais e iluminar alguns setores relevantes que possam não estar no foco de a o sociais e políticas públicas, mas que merecem aten o.

Os indicadores escolhidos são aqueles com dados disponíveis e atuais para o nível municipal. Nessa fase, ainda não foi possível mapear todos os indicadores necessários para monitorar a Agenda 2030, mas os apresentados já d o um panorama importante sobre os municípios, e são centrais para o desenho de planos de desenvolvimento, para a implementa o da Agenda 2030 e, principalmente, para não deixar ninguém para tr s.

caracterização do território





Ano de instala o

Região oeste do Paraná

 rea

25750,79 km²

Popula o

1281353 hab.

Densidade demográfica

49,76 hab/km²

Ano de instala�o	Município	�rea (km ²)	Popula�o (hab.)	Densidade demográfica (hab/km ²)
1993	Anahy			
1966	Assis Chateaubriand			
1981	Boa Vista da Aparecida			
1983	Braganey			
1993	Brasilândia do Sul			
1926	Cafelândia			
1986	Campo Bonito			
1964	Capitão Leônidas Marques			
1951	Cascavel			
1960	Catanduvas			
1966	Céu Azul			
1961	Corb�lia			
1989	Diamante D'Oeste			
1993	Diamante do Sul			
1993	Entre Rios do Oeste			
1961	Formosa do Oeste			
1914	Foz do Iguaçu			
1951	Guaíra			
1951	Guaraniaçu			
1990	Ibema			
1993	Iguatu			
1993	Iracema do Oeste			
1993	Itaipulândia			
1980	Jesuítas			
1990	Lindoeste			
1960	Marechal Cândido Rondon			
1993	Marip�			
1960	Matelândia			
1960	Medianeira			
1993	Mercedes			
1963	Missal			
1967	Nova Aurora			
1993	Nova Laranjeiras			
1973	Nova Santa Rosa			
1990	Ouro Verde do Oeste			
1960	Palotina			
1993	Pato Bragado			
1993	Quatro Pontes			
1967	Quedas do Iguaçu			
1993	Ramilândia	237,69 km²	4.134 hab.	17,39 hab/km²
1967	Santa Helena			
1993	Santa Lúcia			
1990	Santa Tereza do Oeste			
1989	Santa Terezinha de Itaipu			
1986	São José das Palmeiras			
1961	São Miguel do Iguaçu			
1970	São Pedro do Iguaçu			
1997	Serranópolis do Iguaçu			
1961	Terra Roxa			
1951	Toledo			
1980	Três Barras do Paraná			
1979	Tup�ssi			
1960	Ubiratã			
1979	Vera Cruz do Oeste			

Fonte: PNUD, IPEA, FJP, s.d.
 Nota: esses dados foram produzidos com base no Censo Demográfico do IBGE de 2010

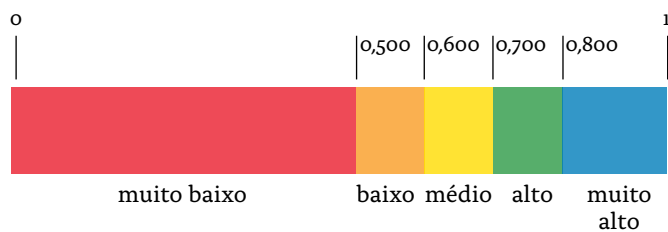
O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é o resultado de um cálculo feito para medir o nível de desenvolvimento humano dos municípios. Ele conta um pouco da história dos municípios em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira, de 1991 a 2010.

Assim, o IDHM é composto por três dimensões, que representam a oportunidade de uma sociedade de ter vidas longas e saudáveis – saúde –, de ter acesso a conhecimento – educação – e de ter comando sobre os recursos de forma a garantir um padrão de vida digno – renda.

É dividido em cinco faixas de desenvolvimento humano: muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto.

Quanto mais próximo o Índice estiver de um, maior o desenvolvimento humano do município. A disponibilização de um índice que agrega diferentes indicadores é positiva à medida em que possibilita acesso a informações claras e concisas sobre um município, de maneira fácil. Isso ajuda a ter um retrato da situação do município e a compará-la ao longo dos anos ou com outros municípios.

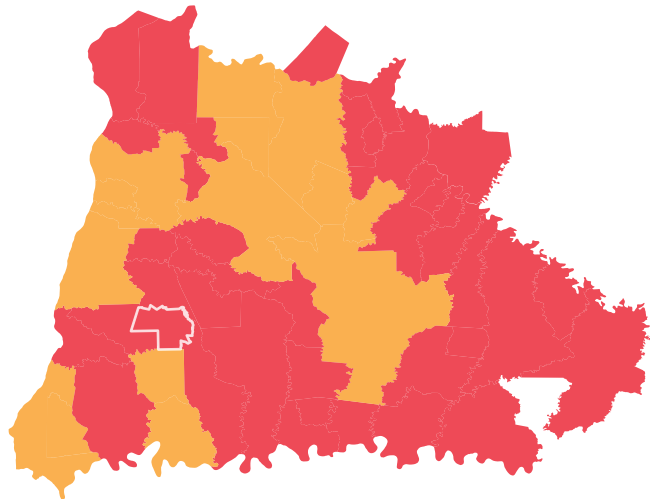
Faixas de Desenvolvimento Humano Municipal



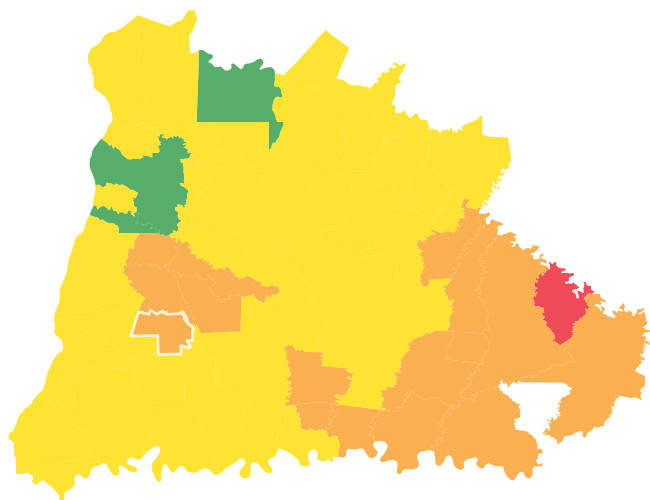
Fonte: PNUD, IPEA, FJP, 2013.

Mapa 4: IDHM da região Oeste do Paraná em 1991, 2000 e 2010

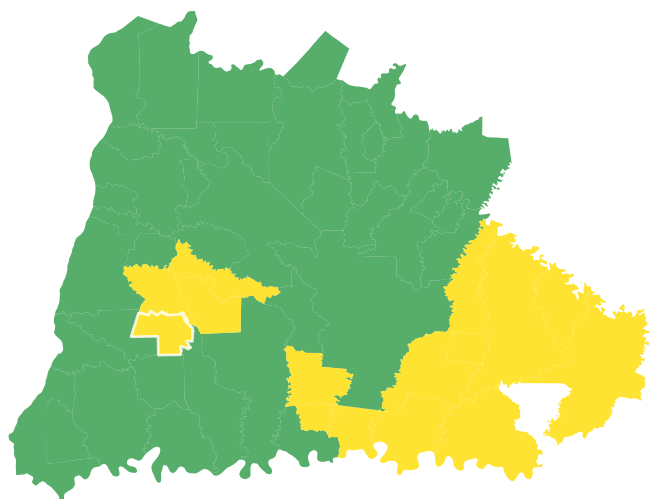
1991



2000



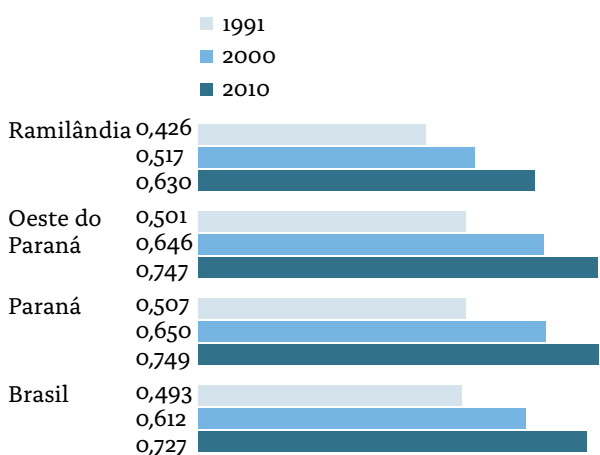
2010



Fonte: PNUD, IPEA, FJP, s.d.

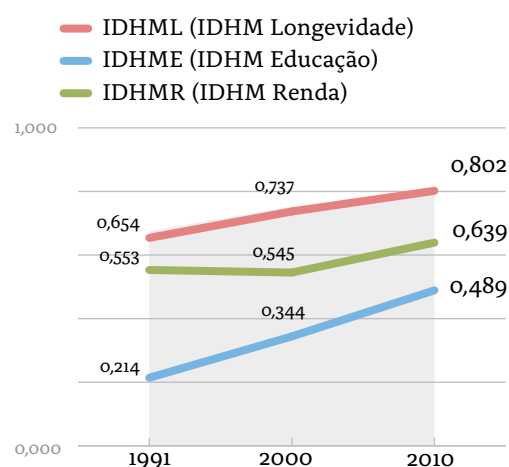
Como   possível ver no mapa, Ramilândia está na faixa de Médio Desenvolvimento Humano, com IDHM de 0,630 em 2010. Em 1991, o município tinha um IDHM de 0,426, o que significa que houve um crescimento anual de 2,1% nesse  ndice, ritmo igual ao do IDHM do Oeste do Paraná, que passou de 0,501 em 1991 para 0,747 em 2010. O IDHM de Ramilândia está abaixo do IDHM do Paraná (0,749) e do IDHM do Brasil (0,727), de 2010.

Gráfico 1: IDHM do município, da região Oeste do Paraná, do estado do Paraná e do Brasil, em 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD, IPEA, FJP, s.d.

Gráfico 2: IDHM do município, por dimensões (Longevidade, Educa o e Renda), em 1991, 2000 e 2010



Fonte: PNUD, IPEA, FJP, s.d.

A dimensão que mais contribui para o IDHM do município   Longevidade, com  ndice de 0,802, seguida de Renda (0,639) e de Educa o (0,489). Tanto em Ramilândia quanto no Oeste do Paraná, a dimensão que mais cresceu em termos absolutos foi Educa o, seguida por Longevidade e por Renda.

população

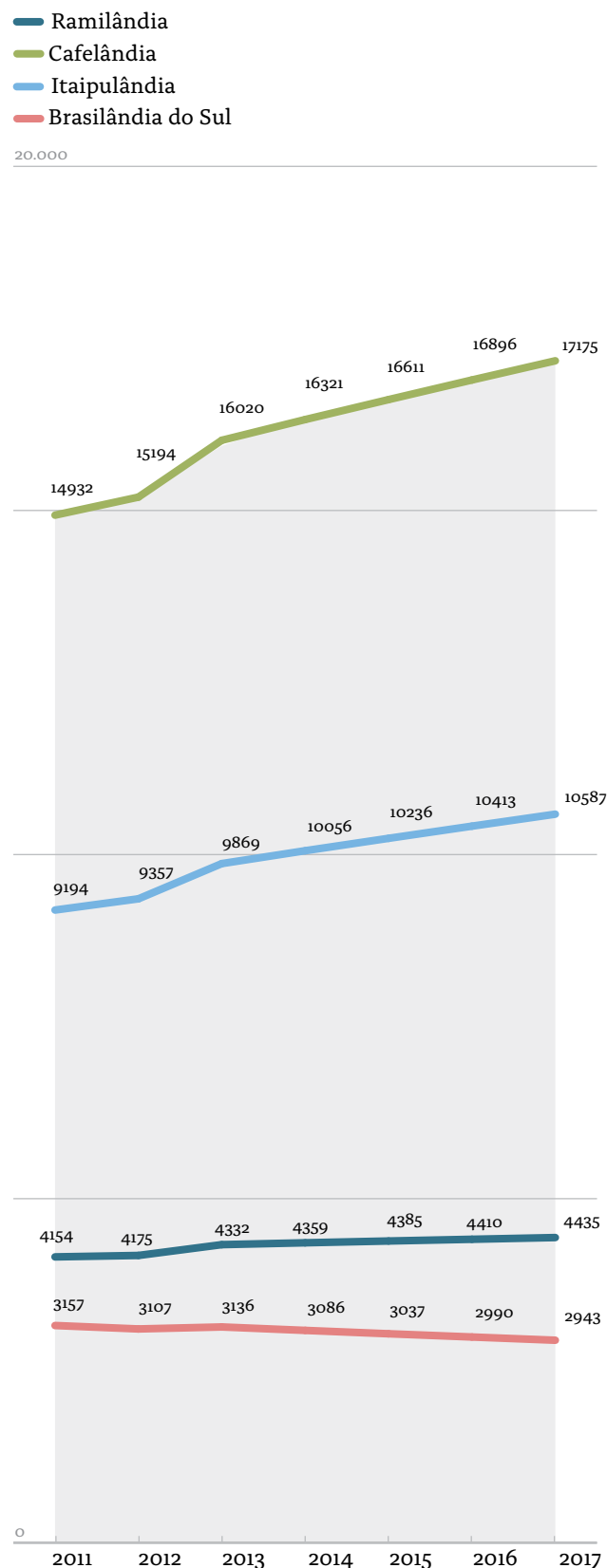
Toda ação de desenvolvimento, como estabelecido na Agenda 2030, deve ter como foco as pessoas, sua qualidade de vida e o respeito a seus direitos. Por isso, precisamos conhecer as características de nossa população quando vamos trabalhar pelo seu desenvolvimento.

Dados de população e demografia são fundamentais para conhecermos melhor uma localidade, como um município, e para planejarmos ações sociais e políticas públicas. Além de fornecerem informações básicas sobre o município, como população total, número de homens, de mulheres, de crianças e de idosos, também auxiliam na compreensão das dinâmicas que ocorrem no município, como migração, natalidade e mortalidade.

Em 2017, estima-se que viviam 4.435 pessoas em Ramilândia. Entre 2011 e 2017, a estimativa é que a população do município tenha crescido a uma taxa média anual de 1,1%, mesma taxa do Oeste do Paraná. Brasilândia do Sul foi o município que menos cresceu nesse período (-1,2%) e Cafelândia e Itaipulândia foram os que mais cresceram (2,4%).

Em 2030, último ano da vigência dos ODS, projeta-se que Ramilândia tenha uma população maior do que a atual, de 4.571 habitantes.

Gráfico 3: Projeção de população total, do município analisado, do município que menos cresceu nesse período (Brasilândia do Sul) e dos municípios que mais cresceram (Cafelândia e Itaipulândia), de 2011 a 2017



Fontes: População Total: IBGE, 2012. População Estimada: IBGE, [201-a].



O que   projeção da população?

A projeção da população   um cáculo realizado anualmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que estima a população de cada município e estado (Unidade da Federação) para o ano seguinte.   uma estimativa, calculada com base nos dados de mortalidade, fecundidade e migração, componentes da dinâmica demográfica, que são obtidos por meio de Censos Demográficos anteriores (nesse caso, 2000 e 2010) e de informações recentes da administração local sobre nascimentos e  bitos.

Fonte: IBGE, 2017.



Por que a projeção da população   importante?

A projeção da população, realizada anualmente, auxilia gestoras e gestores a planejarem o ano seguinte, inclusive na identificação de áreas prioritárias de investimento, como construção de creches, escolas e hospitais, e na verificação de necessidade de realocação e ampliação de serviços e pessoal de acordo com os dados populacionais. Além disso, a projeção da população também   utilizada, junto com a renda per capita de cada estado, como bases para o cáculo da transferência de recursos da União para municípios, por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Isso significa que variações na projeção de população municipal e na renda per capita estadual provocam alterações na soma total que os municípios receberão do governo federal pelo FPM. Assim, conhecer o tamanho da população de um município   fundamental para o planejamento governamental, não somente em termos de serviços e infraestrutura, mas também de orçamento anual.

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional, 2013 (BRASIL, 2013).



Por que somos considerados brancos, pardos, pretos, indígenas ou amarelos?

As categorias de cor – branca, parda, preta, indígena e amarela – são definidas pelo IBGE e utilizadas em suas pesquisas domiciliares. O IBGE utiliza formas mistas de identificação da pertenc a racial, sendo por meio de auto ou heteroatribui  o de pertenc a. Na autoatribuição, a pessoa entrevistada escolhe com qual grupo ela se identifica. Já na heteroatribui  o de pertenc a racial, uma outra pessoa define de qual grupo o sujeito da classificação   membro. Isso acontece porque nem sempre, em pesquisas domiciliares, todas as pessoas que residem no domicílio são entrevistadas, podendo informar com que categoria se identificam. Assim, apesar de a recomendação do IBGE ser de colher os dados sem intervir nas respostas dos entrevistados, os dados de uma parcela da população não são fornecidos pelas próprias pessoas, mas sim por outros indivíduos que com elas residem e que são entrevistados – e, nesse contexto, isso também acontece com as informações sobre pertenc a racial.

Fonte: OSORIO, R. G., 2003.

Para compreendermos a situação de um município, é importante olharmos não somente para a população total, mas também para esses dados desagregados em diversos recortes, por exemplo, sexo, raça/cor, pessoas com ou sem deficiência, faixa etária e situação do domicílio (rural ou urbano), entre outros. Essas informações nos ajudam a entender as mudanças pelas quais o município passou nos últimos anos e como ele se configura atualmente, contribuindo para uma compreensão mais completa e detalhada dos dados sociais, econômicos e ambientais.

Os indicadores são resultados de médias e, por isso, podem esconder algumas desigualdades. A desagregação de dados permite conhecer melhor a realidade e focalizar as políticas públicas de acordo com as necessidades locais. A importância da desagregação é expressa na Agenda 2030 por meio da meta 17.18: “Até 2020, reforçar o apoio ao desenvolvimento de capacidades para os países em desenvolvimento, inclusive para os países de menor desenvolvimento relativo e pequenos Estados insulares em desenvolvimento, para aumentar significativamente a disponibilidade de dados de alta qualidade, atuais e confiáveis, desagregados por renda, gênero, idade, raça, etnia, status

migratório, deficiência, localização geográfica e outras características relevantes em contextos nacionais”.

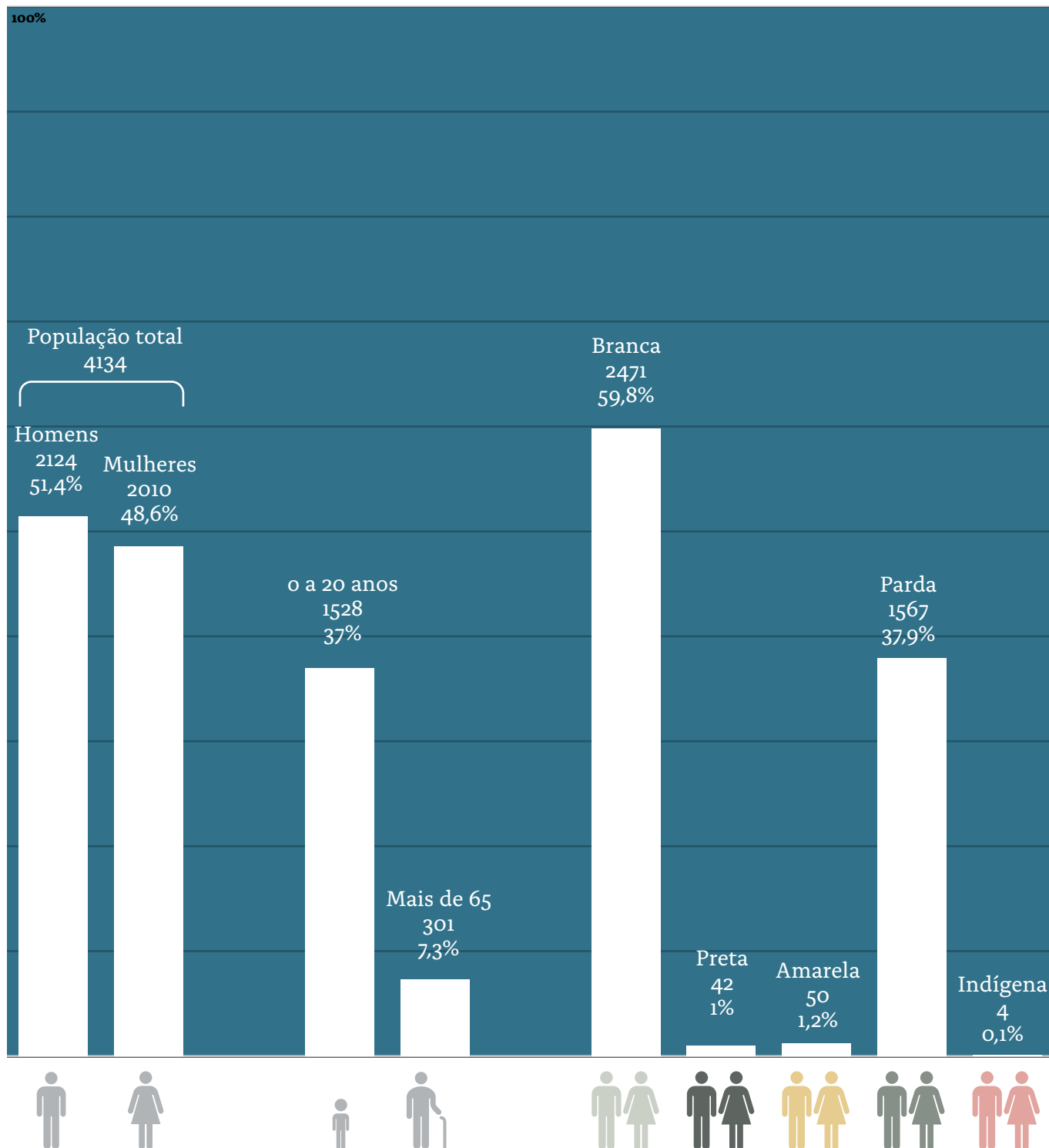
Por exemplo, é possível identificar, pelos dados de população, que o município de Ramilândia cresceu entre 1991 e 2010, de 3.719 habitantes em 1991 para 4.134 em 2010. Esse dado pode apontar para uma série de informações relacionadas, por exemplo, às demandas de acesso a equipamentos e serviços de educação e saúde em determinadas localidades.

Por outro lado, conhecer a porcentagem da população feminina e masculina permite, por exemplo, direcionar políticas de saúde e de segurança pública para cada grupo, de forma a torná-las mais eficientes. Políticas de saúde devem levar em consideração também a raça dos habitantes da cidade, pois há enfermidades e doenças crônicas que se manifestam mais em pessoas de determinada raça, por exemplo, que em outras.

Infográfico 1:
Popula o do município, total e por sexo, em 2010

Infográfico 2:
Popula o do município, por faixa etária (de 0 a 20 anos e acima de 65 anos), em 2010

Infográfico 3:
Popula o do município, por raça/cor, em 2010



Fonte: IBGE, 2012.

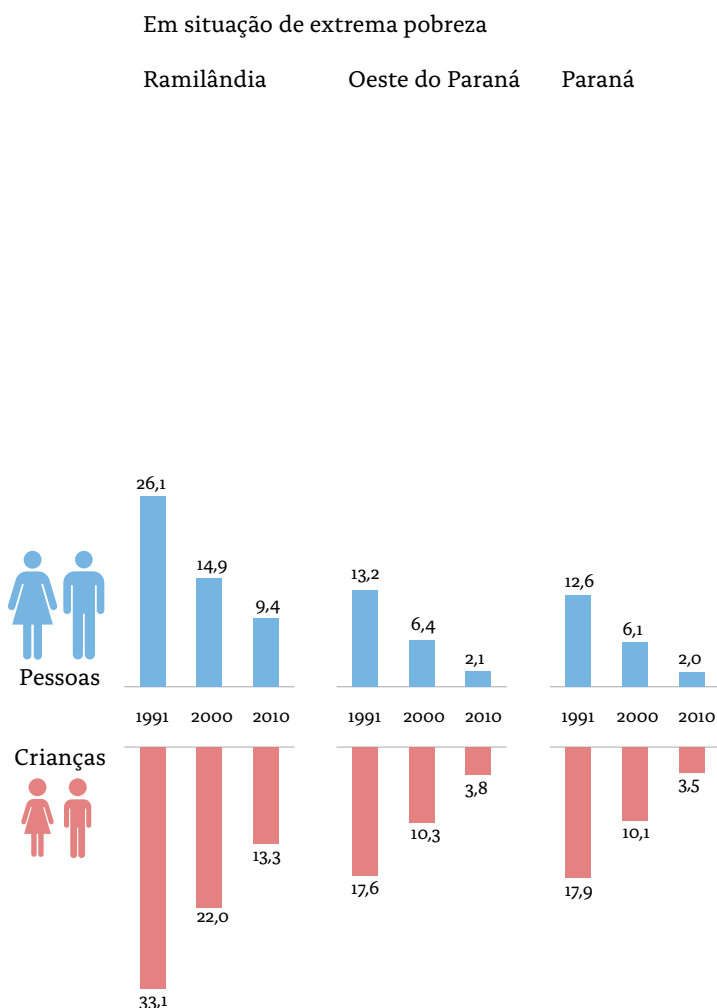
pobreza e vulnerabilidade social

Acabar com a pobreza é fundamental para redução da vulnerabilidade social das pessoas e para o alcance do desenvolvimento humano sustentável, como estabelecido na Agenda 2030. É também um dos maiores desafios enfrentados pelos municípios brasileiros. Para encarar esse desafio, é importante conhecer as dimensões da pobreza – quais são seus índices, e também o padrão de desigualdade – que grupos ela atinge, de quais territórios, de qual faixa etária, entre outros recortes.

De 1991 a 2010, no município de Ramilândia, a proporção de pessoas em situação de extrema pobreza reduziu significativamente. Em 2010, 9,4% da população e 13,3% das crianças viviam com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais. Nota-se que a proporção de crianças em situação de extrema pobreza é maior que o indicador da população total. É preciso ter atenção especial na proteção da infância para reduzir a vulnerabilidade social de um município. A criança que não tem seus direitos básicos garantidos tem grandes chances de não se desenvolver integralmente e, conseqüentemente não romper com o ciclo de pobreza.

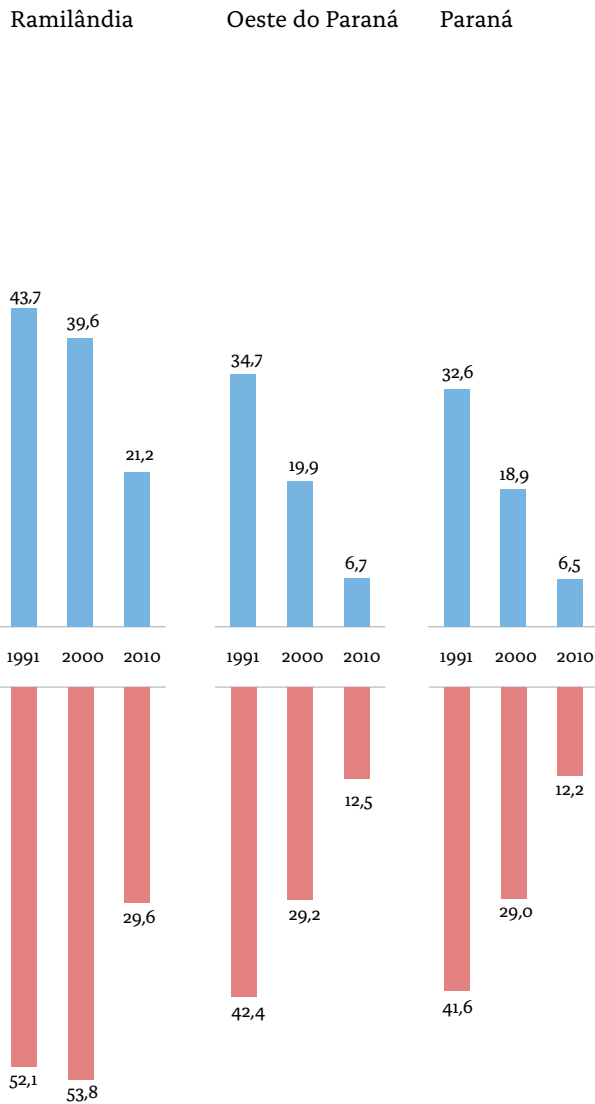
A proporção de pobres do município também foi reduzida no mesmo período. Em 2010, 21,2% da população e 29,6% das crianças estavam em situação de pobreza, isto é, viviam com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais.

Infográfico 4: Proporção de pessoas e crianças em situação de vulnerabilidade social (extrema pobreza, pobreza e vulneráveis à pobreza), em %

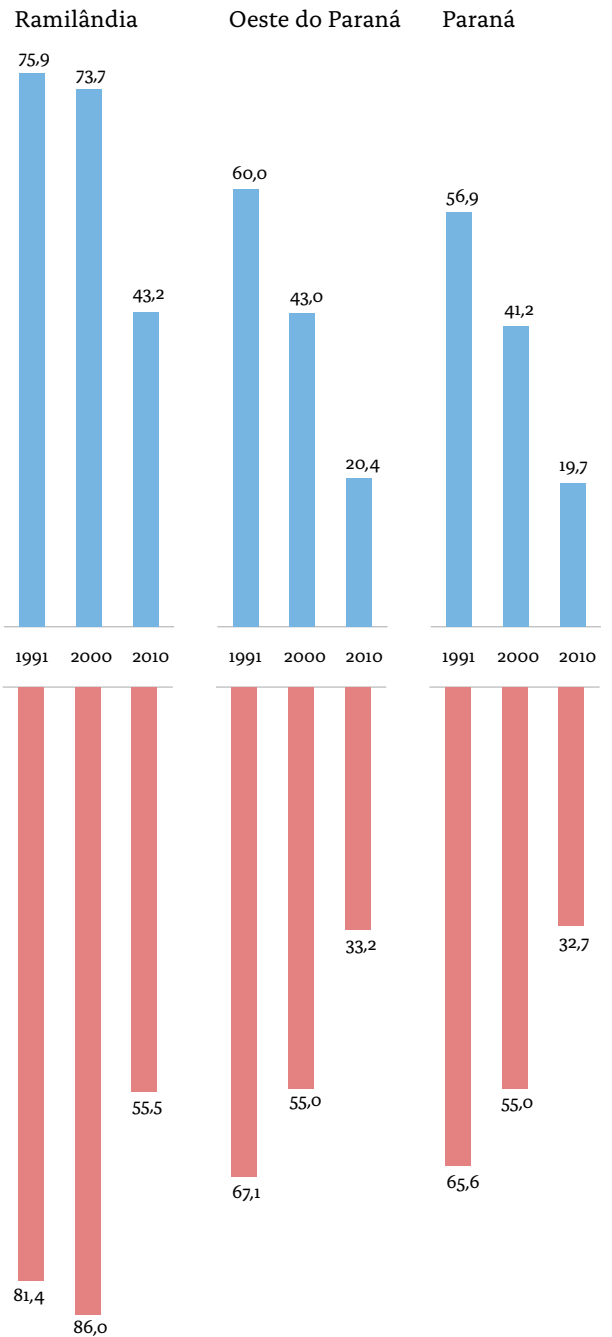


Fonte: PNUD, IPEA, FJP, s.d.

Em situa o de pobreza



Vulneráveis   pobreza



ODS 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Meta 1.1: Até 2030, erradicar a pobreza extrema para todas as pessoas em todos os lugares, atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1.25 por dia

Meta 1.2: Até 2030, reduzir pelo menos   metade a propor o de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as defini es nacionais

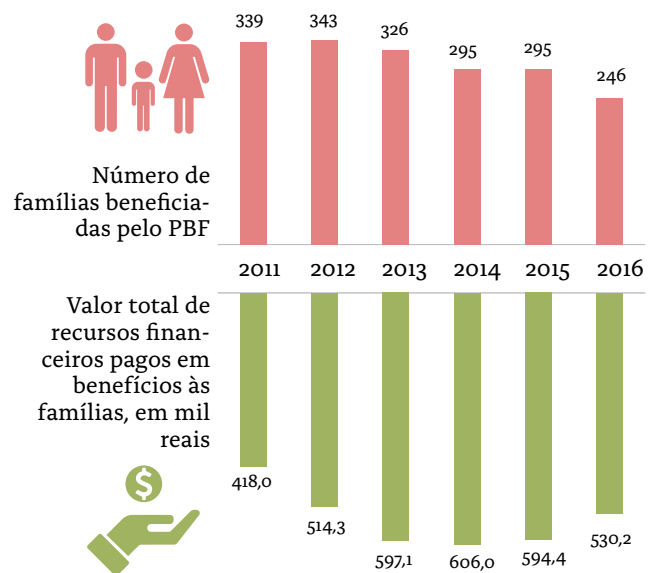
Além das taxas de pobreza e extrema pobreza, é importante levar em consideração também a taxa de vulnerabilidade social. Indivíduos que estão vulneráveis à pobreza são aqueles que estão mais suscetíveis a pioras em sua qualidade de vida diante de mudanças no contexto econômico e social. Como mudanças assim são frequentes, a exemplo do que tem ocorrido no Brasil, há riscos significativos de essas pessoas ficarem em situação de pobreza e terem menor acesso a saúde, educação, habitação adequada, empregos formais, entre outros. Essa situação afeta diretamente o alcance do desenvolvimento humano sustentável, por isso é uma preocupação da Agenda 2030.

Apesar de Ramilândia ter reduzido suas taxas de pobreza e extrema pobreza, a proporção de adultos e crianças que estão vulneráveis à pobreza no município é maior que a taxa da região Oeste do Paraná, o que pode fazer com que os índices de pobres e extremamente pobres voltem a crescer em anos seguintes.

Em 2010, 43,2% dos indivíduos e 55,5% das crianças do município tinham renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, o equivalente a meio salário mínimo em agosto de 2010.

Programas de transferência de renda, como o Programa Bolsa Família (PBF), são parte de políticas para a redução da vulnerabilidade social e da pobreza de cidadãos e cidadãs. Em 2016, 246 famílias de Ramilândia eram beneficiárias do PBF e mais de 500 mil reais foram pagos em benefícios a essas famílias.

Infográfico 5: Benefícios repassados pelo Programa Bolsa Família: (i) Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, no município, de 2011 a 2016; (ii) Valor total de recursos financeiros pagos em benefícios às famílias, em mil reais, no município de 2011 a 2016



Fonte: VIS DATA, [201-a] (BRASIL, [201-a]).



ODS 1: Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Meta 1.3: Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis

Meta 1.5: Até 2030, construir a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais

Meta 1.a: Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões



Extremamente pobres, pobres e vulneráveis   pobreza: o que significa cada categoria?

Os dados de pobreza, apresentados neste diagnóstico, são calculados com base nos índices de pobreza e extrema pobreza definidos no Programa Bolsa Família para concessão de benefício, com valores em reais de agosto de 2010.

A propor o de pessoas em situa o de extrema pobreza se refere   propor o dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 70,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos   limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

A propor o de pessoas em situa o de pobreza diz respeito   propor o dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos   limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Os dados de vulneráveis   pobreza, por sua vez, levam em considera o a

propor o do s lario mínimo, também em reais de agosto de 2010.

A propor o de vulneráveis   pobreza concerne   propor o dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 255,00 mensais, em reais de agosto de 2010, equivalente a 1/2 s lario mínimo nessa data. O universo de indivíduos   limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Os dados também são apresentados com um recorte de faixa etária para o grupo de crianças. Neste indicador, crianças são os indivíduos de até 14 anos de idade.

A referência ao ano de 2010 em todos os dados se dá porque os dados disponíveis mais recentes são desse ano.



Quais categorias são utilizadas nesse relatório?

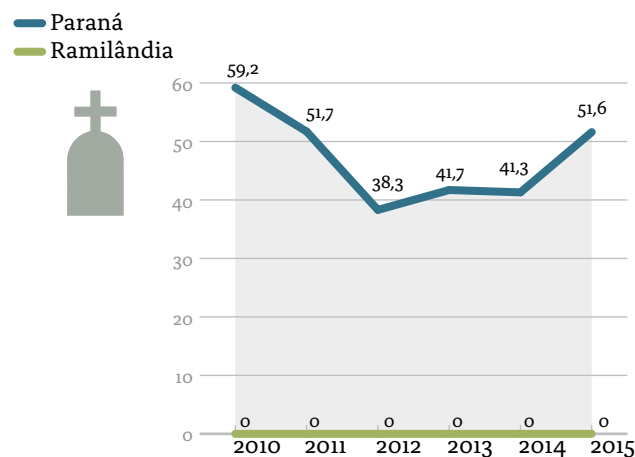
Existem diferentes padrões para defini o de pobreza e extrema pobreza. Por ser uma meta de uma agenda de desenvolvimento global – a Agenda 2030, a meta 1.1 leva em considera o a faixa de extrema pobreza definida pelo Banco Mundial: pessoas vivendo com menos de US\$ 1.25 por dia PPP 2011. Após a assinatura da Agenda 2030, o Banco Mundial atualizou a faixa para US\$ 1.90 por dia PPP 2011.

Por outro lado, como indicado anteriormente, as categorias de pobreza e vulnerabilidade social desse diagnóstico são definidas com base em c culos nacionais.

saúde

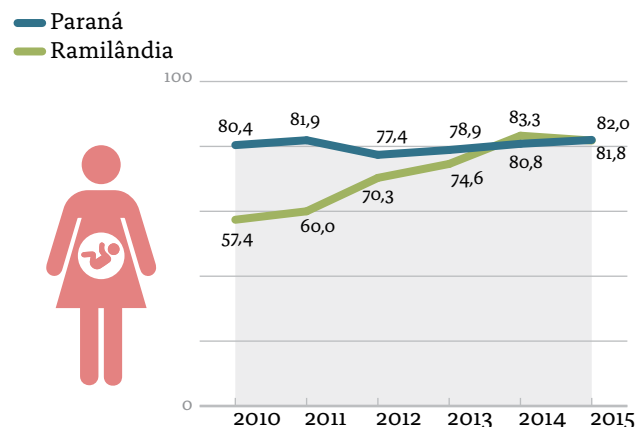
Um dos direitos fundamentais de cidadãs e cidadãos é o direito à saúde, que deve ser garantido pelo município, em cooperação com o Estado e a União. Ações para melhorias nessa área asseguram uma atenção integrada, universal e equitativa e promovem saúde e bem-estar para todas as pessoas, contribuindo para avanços no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030.

Gráfico 4: Razão de mortalidade materna (número de óbitos maternos por 100 mil nascidos vivos), no município e no estado do Paraná, de 2010 a 2015



Fonte: IPARDES, s.d.

Gráfico 5: Proporção de mulheres com filhos nascidos vivos que realizaram mais de 7 consultas pré-natal, no município e no estado do Paraná, entre 2010 e 2015, em %



Fonte: IPARDES, s.d.

MORTALIDADE MATERNA

A mortalidade materna mede a razão entre o número de óbitos maternos a cada 100 mil crianças nascidas vivas. Como óbitos maternos, são consideradas não apenas as mortes associadas ao parto, mas também à gravidez e ao puerpério, ocorridas até 42 dias após o término da gravidez.

Em Ramilândia, a taxa de mortalidade é extremamente baixa. No período de 2010 a 2015, essa taxa foi de 0,0 mulheres a cada 100 mil nascidos vivos em todos os anos, em comparação com a razão de 51,6 mulheres por 100 mil nascidos vivos em todo o estado do Paraná, em 2015. Isso significa que, levando em consideração números totais, não houve óbitos maternos no município nesse período.

Ampliar o número de mulheres que fazem consultas pré-natal é fundamental para baixas taxas de mortalidade materna. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que uma gestante deve ter pelo menos oito consultas com profissionais de saúde ao longo da gravidez.

Entre 2010 e 2015, o percentual de mães com filhos nascidos vivos que tiveram acesso a 7 ou mais consultas pré-natal cresceu, passando de 57,4% para 81,8%, atingindo o maior índice em 2014, de 83,3% de mulheres com filhos nascidos vivos.



Qual   a diferença entre taxa e número bruto (ou total)?

Os dados podem ser apresentados em taxas (como percentual e razão) ou em números brutos. Os números brutos apresentam os valores totais de determinado indicador, enquanto as taxas representam um dado em rela o a outros dados ou a uma totalidade.

Por exemplo, no caso de mortalidade materna, o número bruto nos mostra o número total de óbitos de mães em determinado ano. Já a taxa de mortalidade materna (ou razão de mortalidade materna) nos apresenta o número total de óbitos maternos em compara o com o número de crianças nascidas vivas. No caso desse indicador, a taxa nos diz sobre o número de óbitos maternos a cada 100 mil crianças nascidas vivas, isto  , quantas mães vieram a óbito em compara o a quantas crianças nasceram vivas no mesmo período.



Qual  , então, a melhor forma de olhar para o dado, por taxa ou por número total?

Depende. Para fazer compara es, em geral a utiliza o de taxas   mais apropriada. Ela permite comparar a situa o de determinado grupo com a totalidade (por exemplo, o percentual de pessoas em situa o de pobreza em rela o ao total de pessoas); e a situa o do município com a de outras localidades (municípios e estados) ou em determinado período (como a taxa de mortalidade materna de Santa Helena em compara o   taxa do estado do Paraná ou a taxa de mortalidade de Santa Helena de 2010 a 2015).

Mas, em alguns casos,   importante que ela venha acompanhada dos números

totais, especialmente quando tratamos de municípios pequenos. Com pequena popula o, um óbito materno, por exemplo, pode gerar uma alta taxa de mortalidade materna, que toma como base 100 mil crianças nascidas vivas naquele ano, um número muito alto de nascimentos para o município. Isso pode provocar distor es na interpreta o da situa o da mortalidade materna na localidade, indicando que há uma situa o alarmante (ou, em outro caso, irrelevante) para a es sociais e políticas públicas.

Nos casos de números totais, compara es também são possíveis e vantajosas para a análise. Mas devem levar em considera o determinado período, e não em compara o a outras localidades. Por exemplo, o número total de óbitos maternos em Santa Helena no período de 2010 a 2015. Dessa maneira, para alguns dados, especialmente aqueles que tomam como base o tamanho da popula o,   importante fazer uma análise que se baseie em números brutos (ou totais) e taxas para uma melhor interpreta o da situa o do município.



ODS 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades
Meta 3.1: Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos

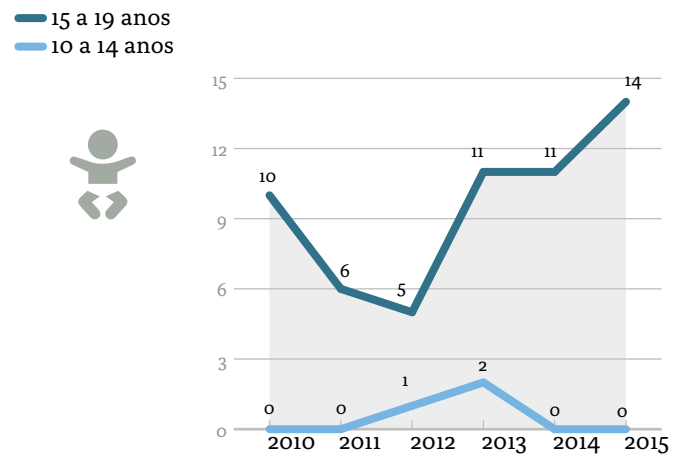
MORTALIDADE INFANTIL

Além de consultas de pré-natal, a idade da mãe também é um fator que traz implicações para sua saúde e da criança. Em Ramilândia, houve 14 nascidos vivos em 2015 cujas mães eram adolescentes, de acordo com a classificação da Organização Mundial da Saúde (OMS), isto é, tinham entre 10 e 19 anos de idade.

Também em 2015, o município apresentou taxas de mortalidade de menores de cinco anos de idade de 0,0 por mil nascidos vivos, em comparação a 12,4 no Paraná. As taxas de mortalidade infantil em Ramilândia apresentaram uma queda considerável em 2014, atingindo 0,0 mortes de menores de cinco anos por mil nascidos vivos, taxa mantida em 2015. Esse número maior nos outros anos, alcançando a maior taxa em 2010, de 32,8 óbitos por mil nascidos vivos menores de cinco anos.

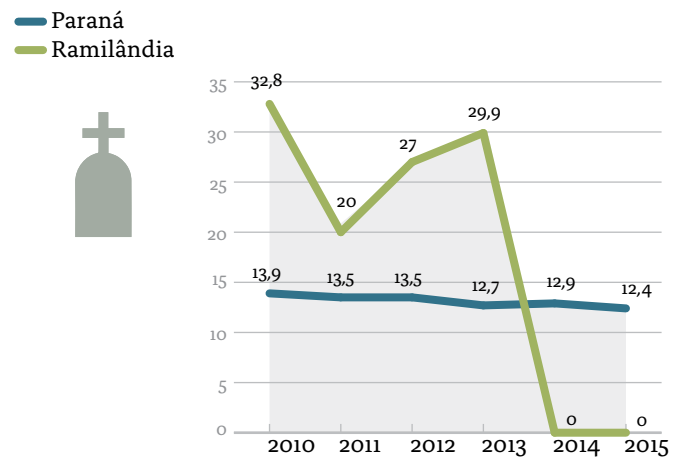
Da mesma forma, é importante olhar para os números totais sobre a mortalidade infantil, dado que estamos tratando de um município pequeno. No período de 2010 a 2015, houve 6 óbitos de crianças menores de 5 anos de idade em Ramilândia, sendo que os maiores números foram em 2010 e 2013 (2 óbitos, em cada ano) e o menor índice foi em 2014 e 2015, quando não ocorreram óbitos de crianças menores de 5 anos de idade no município.

Gráfico 6: Número de nascidos vivos com mães adolescentes (entre 10 e 19 anos de idade), no município, de 2010 a 2015



Fonte: IPARDES, s.d.

Gráfico 7: Taxa de mortalidade infantil de menores de 5 anos de idade, por mil nascidos vivos, no município e no estado do Paraná, de 2010 a 2015



Fonte: IPARDES, s.d.



ODS 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades

Meta 3.7: Até 2030, assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais

Meta 3.2: Até 2030, acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por 1.000 nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por 1.000 nascidos vivos



ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Meta 5.6: Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão

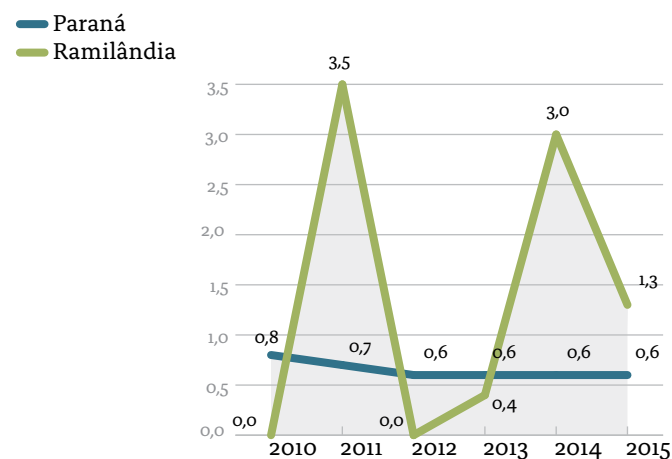
DESNUTRI O

O Cartão da Criança   um instrumento utilizado para acompanhar o crescimento da criança nos seus dois primeiros anos de idade. Com ele,   possível verificar como tem variado o peso da criança e se essa varia o indica peso baixo, normal ou alto de acordo com sua idade. A taxa de crianças menores de 2 anos desnutridas indica a propor o de crianças dessa faixa etária cujo peso ficou abaixo do percentil 3 (curva inferior) da curva de peso do Cartão da Criança. Essa taxa inclui as crianças recém-nascidas (RN), isto  , que estão no primeiro mês de vida, e aquelas que tiveram peso menor que 2.500 gramas ao nascer.

A desnutri o infantil   um importante indicador sobre o estado geral da saúde de crianças e de seu crescimento. Identificar problemas de crescimento possibilitam interven es precoces, devolvendo às crianças condi es adequadas de saúde e evitando futuras doenças e danos que podem prejudicar o desenvolvimento de suas capacidades. Por essa razão, a acabar com a desnutri o   uma das metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Em Ramilândia, essa taxa era de 0,0% em 2010 e passou para 1,3% em 2015. A maior taxa foi observada em 2011, com 3,5%, e a menor em 2010 e 2012, com 0,0% em cada ano. Em rela o aos números brutos, para o mesmo período, os maiores números também são de 2011, com 17 crianças desnutridas, seguido por 2014, com 12 crianças desnutridas, e os menores de 2010 e 2012, com zero. Em 2015, esse número chegou a 10.

Gráfico 8: Percentual de crianças com até 2 anos desnutridas, no município e no estado do Paraná, de 2010 a 2015



Fonte: IPARDES, s.d.



ODS 2: Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutri o e promover a agricultura sustentável

Meta 2.1: Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situa es vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano

Meta 2.2: Até 2030, acabar com todas as formas de desnutri o, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.

MORTALIDADE

A mortalidade resultante de acidentes de trânsito é um fator que preocupa países ao redor do mundo, tornando-se um importante tema de trabalho das Nações Unidas e para a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Em Ramilândia, o número de mortes causadas por acidentes de trânsito no município não passou por significativas alterações entre 2010 e 2015. Em todos os anos, a totalidade das vítimas eram do sexo masculino.

Saúde mental e bem-estar são essenciais para que as pessoas possam viver bem e desenvolver suas capacidades. Suas causas nem sempre estão relacionadas a questões pessoais e familiares, mas se relacionam com condições de vida, de emprego, de moradia, de segurança, de saúde, entre outras. Condições de poluição e intoxicação do solo e de alimentos também podem provocar danos que afetam a saúde mental dos habitantes de determinada localidade. Por isso é importante conhecer os dados relacionados a essa condição e identificar possíveis causas, que não estejam circunscritas apenas no indivíduo.

Tendo as pessoas como preocupação central da Agenda 2030, sua saúde mental torna-se também um tema relevante, de trabalho multisetorial, que deve ser assegurado nos municípios.

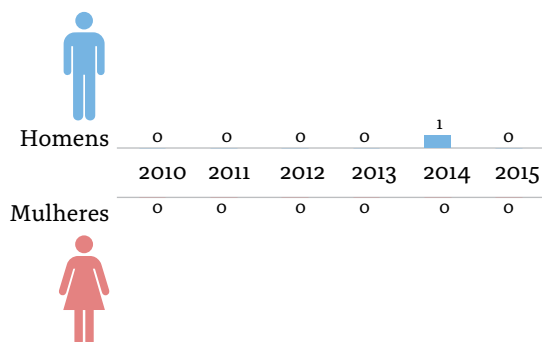
Entre 2010 e 2015, ocorreu 1 suicídio em Ramilândia, sendo que a vítima era do sexo masculino.

Infográfico 6: Total de mortes causadas por acidentes de trânsito no município, por sexo, de 2010 a 2015



Fonte: SIM, [201-d] (BRASIL, [201-d]).

Infográfico 7: Total de suicídios no município, entre 2010 e 2015



Fonte: SIM, [201-d] (BRASIL, [201-d]).

ODS 3: Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas e todos, em todas as idades

Meta 3.6: Até 2020, reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas

Meta 3.4: Até 2030, reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar

Meta 3.3: Até 2030, acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis

AIDS

O fim da epidemia de Aids no mundo   uma das preocupa es da Agenda 2030. Para tanto,   preciso acompanhar os dados de novos casos de infec es pelo vírus HIV e de Aids, além de garantir tratamento adequado para pessoas vivendo com HIV.

O número de novos casos de Aids notificados no município esteve concentrado nos anos de 2011 e 2013, se considerarmos o período de 2010 a 2015, totalizando 5 novos casos no período. Do total, a maioria   do sexo masculino (60,0%) e nenhum está na faixa etária de 15 a 24 anos de idade.



Qual   a diferença entre HIV e Aids?

Muitas pessoas não sabem, mas HIV e Aids são coisas distintas. HIV   uma sigla para o vírus da imunodeficiência humana, que se espalha através de fluídos corporais (como sangue, s men, secre es vaginais e leite materno) e afeta células específicas do sistema imunológico. Esse vírus pode levar   síndrome da imunodeficiência adquirida, conhecida como Aids. A Aids não  , em si, uma infec o, mas sim uma síndrome de infec es e doenças que podem se desenvolver durante a evolu o da infec o pelo HIV, podendo levar   morte.



Devo dizer, então, que uma pessoa tem HIV ou Aids?

HIV e Aids são coisas distintas e a manifesta o do primeiro não leva necessariamente   manifesta o do segundo. Ou seja, se uma pessoa "tem HIV", não significa que ela também tenha desenvolvido Aids (ou síndrome da imunodeficiência adquirida). Então a resposta  , em parte, sim, pois   preciso diferenciar o vírus da síndrome.

No entanto, dizemos "em parte" porque há termos recomendados para serem utilizados quando falamos desse tema. O uso de linguagem apropriada reduz estereótipos, ofensas e estigmatiza es e trata o tema como deve ser tratado: uma questão de saúde. E "pessoa que tem HIV" ou "pessoa

que tem Aids" não são recomendados. Utilize "pessoas vivendo com HIV", "pessoa soropositiva" ou "pessoa HIV positiva" (se souber o estado sorológico). A palavra Aids pode ser utilizada apenas ao se referir a uma pessoa com diagnóstico clínico de Aids. Nesse caso,   aconselhável dizer que a pessoa foi acometida por infec es ou doenças oportunistas decorrentes da síndrome da Aids.

Para mais recomenda es, acesse o "Guia de terminologia do Unaid", elaborado pelo Programa Conjunto das Na es Unidas sobre HIV/AIDS (Unaid), disponível em: https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2017/10/WEB_2017_07_12_GuiaTerminologia_UNAIDS.pdf

Fonte: Unaid, s.d.

segurança

Viver com segurança e sem medo é importante para as pessoas e gera efeitos observáveis em seu cotidiano. A violência dificulta a efetivação do desenvolvimento humano, pois impede a ampliação da liberdade das pessoas e a realização de suas capacidades. É, então, uma das preocupações da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Mas a violência não é um evento isolado. Ela se relaciona a diversos fatores, como desigualdade, racismo, tráfico de drogas e pessoas, pobreza, entre outros, que também devem ser trabalhados para que a violência possa ser reduzida de maneira acentuada. Dessa maneira, a segurança deve ser considerada em todas as suas dimensões e por diferentes perspectivas, levando em consideração que os grupos sociais precisam de políticas e ações de segurança que considerem suas especificidades.

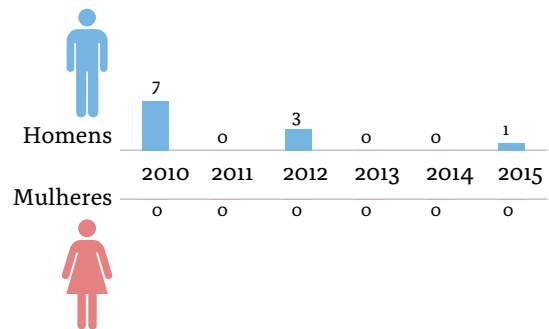
Em Ramilândia, o número de homicídios diminuiu entre 2010 e 2015, chegando a 1 homicídio no último ano analisado. A totalidade das vítimas são do sexo masculino, em todos os anos.

A violência atinge as pessoas de maneira diferenciada e isso pode variar de acordo com a raça/cor das pessoas, gênero, orientação sexual e identidade de gênero, local em que vivem e faixa etária, por exemplo.

Mulheres, em geral, apresentam índices mais baixos como vítimas de homicídio que homens. No entanto, dados indicam altas taxas de violência contra as mulheres que se dão no âmbito doméstico. Estima-se ainda que esses índices estejam ainda abaixo do que acontece efetivamente, tendo em vista a subnotificação de casos de violência, por se tratarem de violência entre cônjuges, familiares e por envolverem medo das vítimas mulheres de retaliações a si mesmas ou a seus filhos e familiares.

Pessoas negras correm mais risco de serem vítimas de violência e homicídio que pessoas brancas. Para que essa situação seja enfrentada, é crucial enfrentar o racismo e suas expressões, cujo efeito mais violento é o homicídio.

Infográfico 8: Número de homicídios no município, por sexo (masculino e feminino), de 2010 a 2015



Fonte: DATASUS, [201-c] (BRASIL, [201-c]).



Como o Brasil está enfrentando a violência contra a mulher?

O Brasil foi um dos países pioneiros no enfrentamento   violência doméstica e familiar contra a mulher, no âmbito de sua legisla o, através da promulga o da Lei Maria da Penha (lei n  11.340, de 2006). Em 9 de março de 2015, foi sancionada a lei 13.104/15, conhecida como "Lei do Femicídio", que inclui mais uma categoria de homicídio qualificado no Código Penal brasileiro: o femicídio, expressão mais grave de violência contra as mulheres. Femicídio, nesse caso, se refere a crimes de assassinato cometidos contra a mulher motivados por sua condi o de mulher. A lei reconhece que os homicídios podem decorrer de: (i) violência doméstica e familiar; e (ii) menosprezo e discrimina o da mulher por razões do sexo feminino. A lei do femicídio enfrenta diretamente a violência doméstica e familiar, na esfera legal, e tem um papel importante na compreensão da popula o sobre a gravidade desse tipo de crime. Historicamente, no Brasil e no mundo, as mulheres têm sofrido violências – estupros, tortura, mutila es genitais, abuso sexual, explora o e escravidão sexual, entre outros. E esse   somente um dos efeitos da desigualdade de gênero. Enfrentar essa desigualdade   desafiador, mas necessário. E o enfrentamento deve ser feito por todos e todas, não somente pelo poder público, para que assim tenhamos resultados mais efetivos e imediatos.

E a violência contra a popula o negra?

No Brasil, sete em cada dez pessoas assassinadas são negras. Na faixa etária de 15 a 29 anos, são cinco vidas perdidas para a violência a cada duas horas. De 2005 a 2015, enquanto a taxa de homicídios por 100 mil habitantes teve queda de 12% para os não-negros, entre os negros houve aumento de 18,2%. Frente a esses dados preocupantes, a ONU Brasil lançou, em 2017, a campanha Vidas Negras, no âmbito da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024). A campanha tem como objetivo ampliar a visibilidade do problema da violência contra a juventude negra no país.



Saiba mais: <https://nacoesunidas.org/campanha/vidas-negras/>

Conheça o "Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas", que apresenta defini es dos termos e conceitos presentes na reda o do ODS 5 e suas metas.

Imagem do glossário
Disponível em: www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/glossario-do-ods-5.html

Esse   o primeiro glossário lançado pela ONU Brasil. Os glossários têm como objetivo apresentar, de forma qualificada e propositiva, defini es internacionalmente acordadas, bem como aquelas observadas como mais pertinentes   realidade brasileira, dos termos e conceitos contidos na reda o das 169 metas dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Além do glossário do ODS 5, têm já foram lançados glossários referentes ao ODS 6, " gua potável e saneamento", ODS 9, "Construir infraestruturas resilientes, promover a industrializa o inclusiva e sustentável e fomentar a inova o", e ao ODS 13, "Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos". Outros glossários estão sendo desenvolvidos e todos estarão disponíveis na página do PNUD: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/>



ODS 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso   justiça para todos e construir institui es eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Meta 16.1: Reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada em todos os lugares



ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

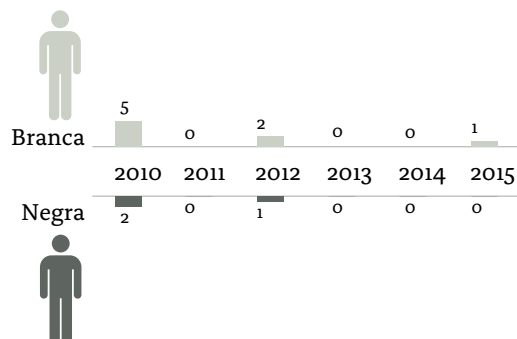
Meta 5.2: Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e explora o sexual e de outros tipos

Meta 5.c: Adotar e fortalecer políticas sólidas e legisla o aplicável para a promo o da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

Em Ramilândia, a população é majoritariamente branca (59,8%, contra 1,0% de população preta e 37,9% parda) e o número de homicídios se concentrou em pessoas dessa raça/cor.

Em 2015, no Oeste do Paraná, o número de homicídios de pessoas brancas foi de 270, em comparação a 94 homicídios de pessoas negras. Ainda assim, a população branca (68,6%) da região é expressamente maior que a população negra (3% preta e 27% parda).

Gráfico 9: Número de homicídios no município, por raça/cor branca e negra, de 2010 a 2015

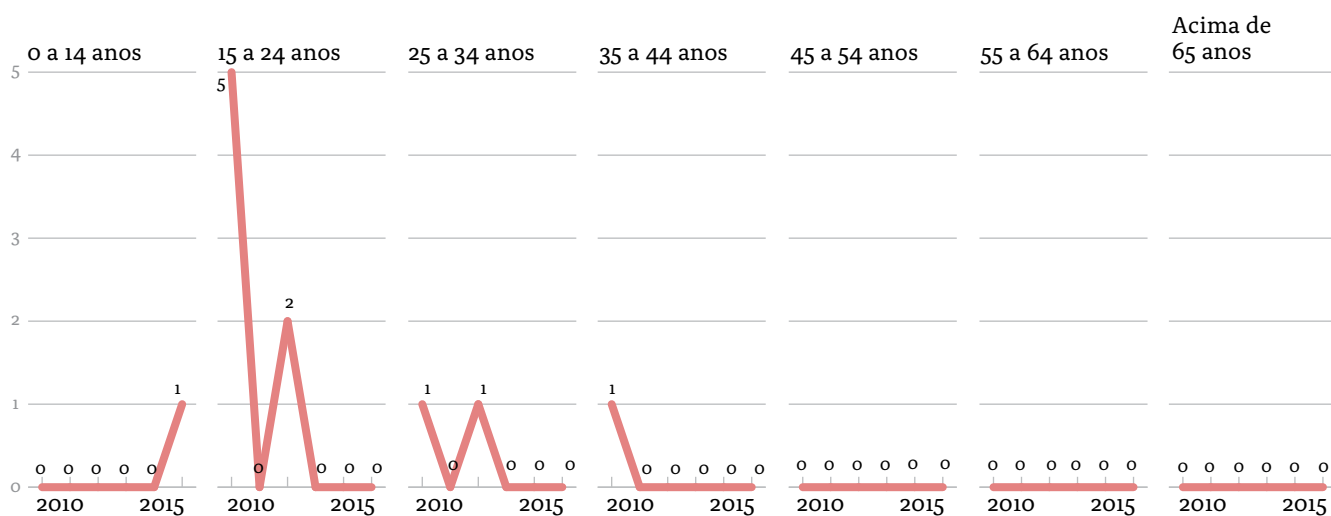


Os dados do infográfico 10 não levam em conta os "outros". Na população negra estão incluídas as pessoas declaradas pretas e pardas. Fonte: DATASUS, [201-c] (BRASIL, [201-c]).

A violência também atinge grupos de diferentes faixas etárias de forma distinta. Em geral, jovens são mais acometidos por atos violentos que pessoas idosas, sendo também mais vítimas de homicídios.

Em Ramilândia, entre 2010 e 2015, os homicídios se concentraram nas faixas etárias mais jovens, especialmente de 15 a 24 anos. Em 2015, houve 1 homicídio de uma pessoa de 0 a 14 anos de idade.

Gráfico 10: Número de homicídios no município, por faixa etária, de 2010 a 2015



Fonte: DATASUS, [201-c] (BRASIL, [201-c]).



ODS 16: Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Meta 16.3: Promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça para todos

Meta 16.b: Promover e fazer cumprir leis e políticas não discriminatórias para o desenvolvimento sustentável

Discrimina o por orienta o sexual e identidade de gênero também são causas de violência. No entanto, isso   difícil de ser verificado estatisticamente, uma vez que não há dados oficiais para essa informa o. Isso não significa que isso não   um problema: organiza es e movimentos sociais vinculados   causa LGBT produzem dados sobre violência contra pessoas LGBT que indicam que houve um aumento nesses números, com o maior  ndice em 2017. Especificamente em rela o   iden-

tidade de gênero, estima-se que o Brasil seja o país que mais mata travestis e transexuais no mundo.

Por isso, aprimorar a coleta de dados e a produ o de indicadores oficiais   importante, pois nos d  uma maior clareza em rela o ao que acontece em nosso município e de que forma interfere na vida das pessoas.



O que significa LGBT?

LGBT   uma sigla que se refere às pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Há poucos anos, a ONU, assim como outras organiza es que já o tinham feito antes, adotou a letra I   sigla, passando a se referir a LGBTI. "T" se refere a intersex, termo relacionado a pessoas que nascem com características sexuais físicas ou biológicas que não se encaixam nas defini es t picas de masculino e feminino.



Como podemos agir contra a discrimina o   popula o LGBT?

O enfrentamento   discrimina o motivada por orienta o sexual ou identidade de gênero   fundamental para a redu o da mortalidade da popula o LGBT e para que possam gozar de seus direitos. A discrimina o não leva apenas   violência física e letal, mas também dificulta uma série de acessos, como ao emprego formal, a atendimento de saúde e   educa o, dado que dificulta a permanência de jovens LGBT nas escolas. A saúde mental da popula o LGBT também   uma grande preocupa o.

Pensando nessa situa o, a ONU lançou, em 2013, a campanha Livres & Iguais. A Livres & Iguais   uma campanha de informa o pública da ONU, global e sem precedentes, com o objetivo de promover a igualdade de direitos e o tratamento justo das pessoas LGBTI.

No Brasil, a campanha foi lançada em 2014 e, desde então, tem reforçado o posicionamento da ONU a favor dos direitos das pessoas LGBTI e implementado atividades em parceria próxima com ativistas, redes e organiza es da sociedade civil.

Saiba mais: www.unfe.org/pt-pt/



educação

Educação de qualidade, inclusiva e equitativa é central para o crescimento e desenvolvimento de municípios, além de ser um direito fundamental de todas as pessoas. E é também um dos objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Para assegurá-la, é necessário que haja infraestrutura adequada em todas as etapas de ensino, desde creches até o ensino médio.

Em Ramilândia, 100% das escolas, em todas as etapas de ensino, tem acesso a água potável desde 2010, o que não ocorre em todas as escolas do Paraná.

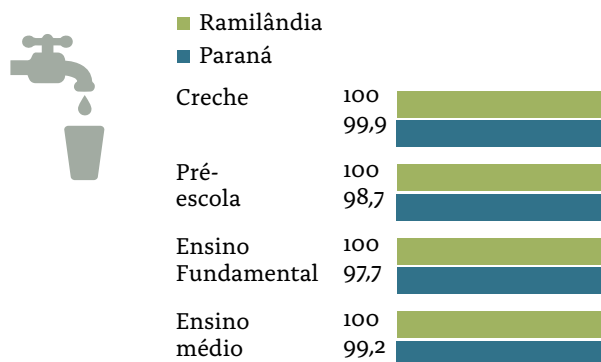
Ainda, desde 2010, 100% das instituições de ensino de Ramilândia, de creche a ensino médio, tem acesso à eletricidade, situação parecida com a do Paraná, com dados que variam entre 99,7 e 100%.

Em relação a instalações sanitárias, o que significa a disponibilidade de banheiro dentro ou fora do prédio, todas as escolas de Ramilândia, em todas as etapas de ensino, têm 100% de acesso a essas instalações em todo o período analisado, de 2010 a 2016.

Infraestrutura física adequada das instituições de ensino é fundamental para alcançar uma educação de qualidade, inclusiva e equitativa. Mas não para por aí. A qualidade do ensino também depende de outros fatores e estruturas, equipamentos e materiais disponíveis nas escolas, como laboratórios de informática e acesso à internet.

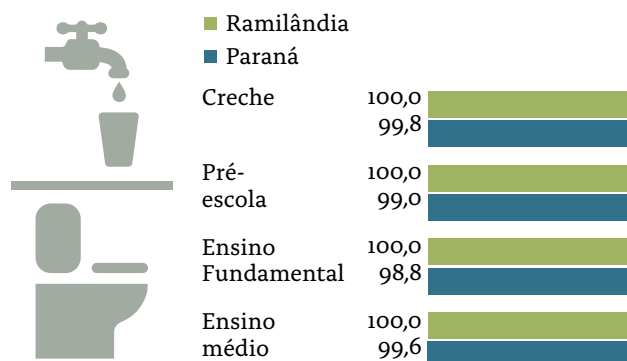
Em relação a computadores para fins pedagógicos, tanto em Ramilândia quanto no Paraná o acesso é maior nas etapas de ensino superiores, isto é, ensino fundamental e ensino médio. Mas, em Ramilândia, o acesso a laboratórios de informática é maior que no estado do Paraná, chegando a 100% em quase todas as etapas de ensino, com exceção de creches, em todos os anos analisados.

Gráfico 11: Percentual de escolas com acesso a água potável no município e no estado do Paraná, por etapa de ensino, em 2016



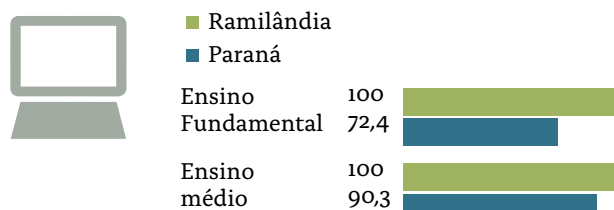
Fonte: INEP, s.d.

Gráfico 12: Percentual de escolas com acesso a instalações sanitárias (banheiro dentro ou fora do prédio) no município e no estado do Paraná, por etapa de ensino, em 2016



Fonte: INEP, s.d.

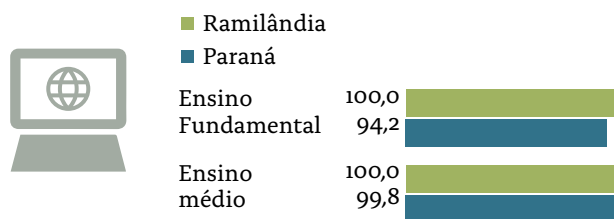
Gráfico 13: Percentual de escolas com computadores para fins pedagógicos (laboratório de informática) no município e no estado do Paraná, por etapa de ensino (fundamental e médio), em 2016



Fonte: INEP, s.d.

Além dos computadores, o acesso   internet para fins pedagógicos também   um dos requisitos para uma infraestrutura escolar adequada. Em Ramilândia, desde 2010, as escolas de pré-escola, nível fundamental e nível médio têm 100% de acesso   internet. A porcentagem de acesso   internet em creches são   diferente de 100% em 2010, quando era de 0,0%.

Gráfico 14: Percentual de escolas com acesso   internet para fins pedagógicos no município e no estado do Paraná, por etapa de ensino (fundamental e médio), em 2016

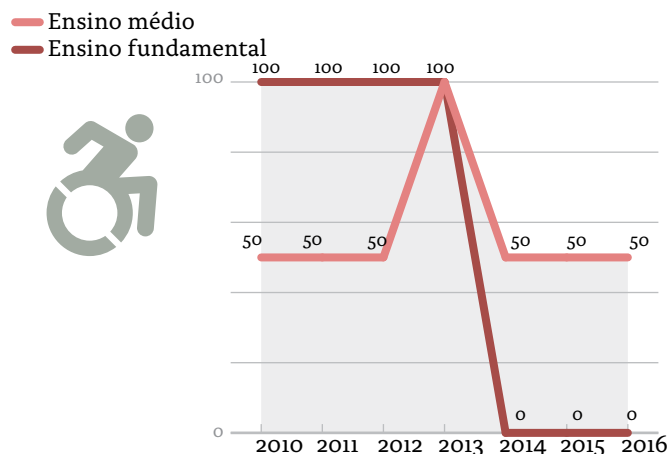


Fonte: INEP, s.d.

Em Ramilândia, o percentual de escolas com acesso a infraestrutura adequada a pessoas com deficiência, isto  , que possuem banheiro, dependências e vias adequadas, passou por aumentos e quedas de 2010 a 2016. Quando se analisa por nível de ensino, o percentual de acesso no ensino fundamental manteve-se em 50,0% em todo o período, com exce o de 2013, quando atingiu 100%. O ensino médio teve 100% de acesso de 2010 a 2013, mas em 2014 esse acesso caiu para 0,0%, taxa mantida até 2016.

Vale lembrar que dados podem apresentar problemas e sofrer interferências no momento da coleta e preenchimento de bases. Em municípios, especialmente os pequenos, esses erros e descuidos provocam distor oes maiores na informa o produzida do que quando olhamos para estados e países.

Gráfico 15: Percentual de escolas com infraestrutura adequada a pessoas com deficiência no município, por etapa de ensino (fundamental e médio), de 2010 a 2016

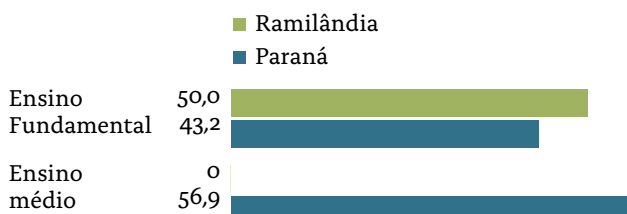


Fonte: INEP, s.d.

No ano de 2016, Ramiândia apresentou percentual de escolas com infraestrutura adequada a pessoas com deficiência maior que o do estado do Paraná na etapa de ensino fundamental e menor no ensino médio.

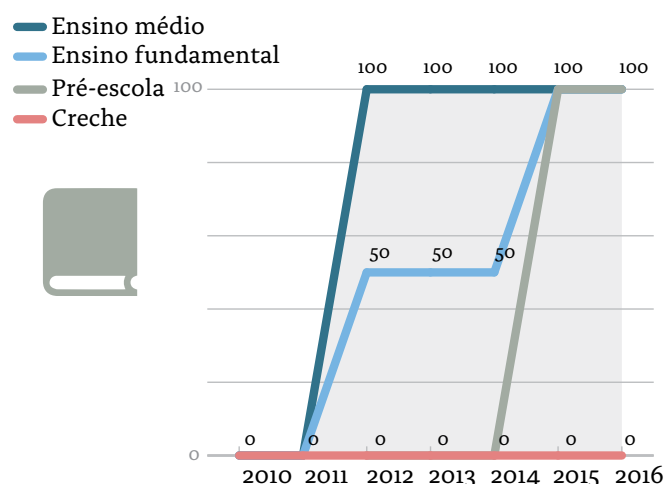
Em creches, não existe atendimento educacional especializado (AEE), exclusivo ou não exclusivo, em Ramiândia, com 0% em todos os anos do período de 2010 a 2016. Nas etapas de pré-escola, ensino fundamental e ensino médio, os percentuais de escolas com atendimento educacional especializado são maiores, alcançando 100% em 2016, percentual maior que do estado do Paraná no mesmo ano.

Gráfico 16: Percentual de escolas com infraestrutura adequada a pessoas com deficiência no município e no estado do Paraná, por etapa de ensino (fundamental e médio), em 2016



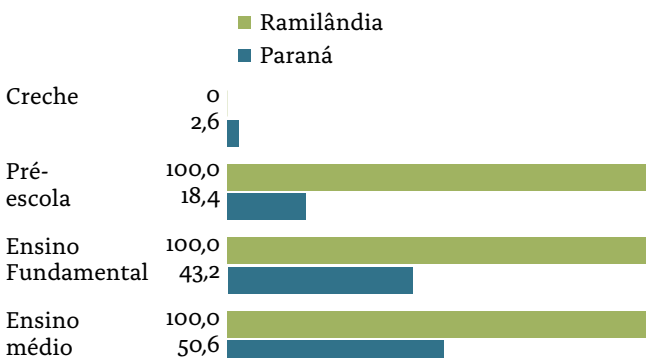
Fonte: INEP, s.d.

Gráfico 17: Percentual de escolas com atendimento educacional especializado no município, por etapa de ensino, de 2010 a 2016



Fonte: INEP, s.d.

Gráfico 18: Percentual de escolas com acesso a atendimento educacional especializado no município e no estado do Paraná, por etapa de ensino, em 2016



Fonte: INEP, s.d.



ODS 4: Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos

Meta 4.a: Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos

trabalho e renda

Para alcançar o desenvolvimento humano sustentável, municípios devem promover seu desenvolvimento local acompanhado por promo o do trabalho decente e gera o de renda, que contribui para a redu o da pobreza e da vulnerabilidade social e para a erradica o do trabalho forçado e escravo. Esses são temas relevantes na implementa o da Agenda 2030.

O saldo de empregos formais   um importante indicador da situa o de emprego no município. Esse saldo (S)   calculado pela diferença entre admissões (A) e desligamentos (D) de trabalhadores, isto  , o número de admissões (novas contrata es) de trabalhadores menos o número de demissões, o que pode ser expresso pela fórmula: $S = A - D$.

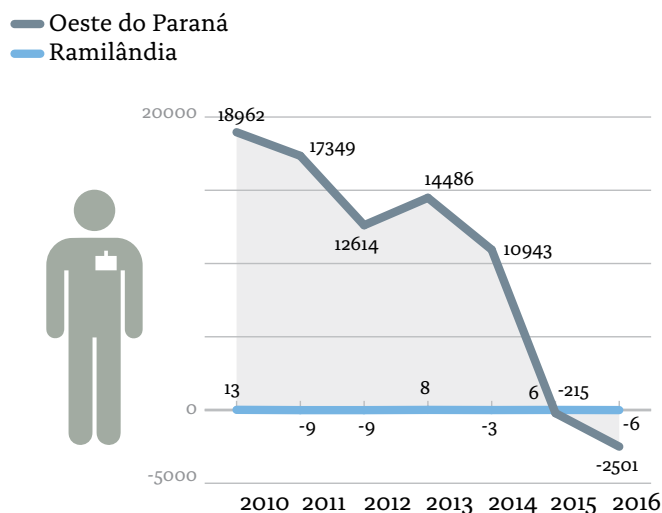
Desde 2010, o saldo de empregos formais passa por períodos de queda e aumento, em Ramilândia, enquanto vem caindo na região Oeste do Paraná. O saldo foi negativo para o município em 2011, 2012, 2014 e 2016 e, no caso da região, em 2015 e 2016, o que significa que houve mais desligamentos que admissões nesses anos.

Dados gerais apontam informa es relevantes para compreendermos a situa o de uma área ou popula o, em determinada localidade, seja município, estado ou país. Por exemplo, no caso de trabalho e renda,   importante saber quanto o trabalhador recebia por hora trabalhada em 2010 e o quanto isso mudou seis anos depois. Contudo, há diferenças, por vezes acentuadas, entre o rendimento de uma pessoa branca e uma pessoa negra, entre uma mulher e um homem, que precisam ser evidenciadas.

Como dito anteriormente, dados estatísticos desagregados, por raça/cor, sexo, situa o de domicílio, faixa etária, entre outros, tornam visíveis desigualdades, contribuindo para o planejamento de a es e políticas para o setor que sejam mais eficientes. Nesse sentido, apresentamos aqui, e em todo o diagnóstico, dados gerais e, quando possível, dados desagregados.

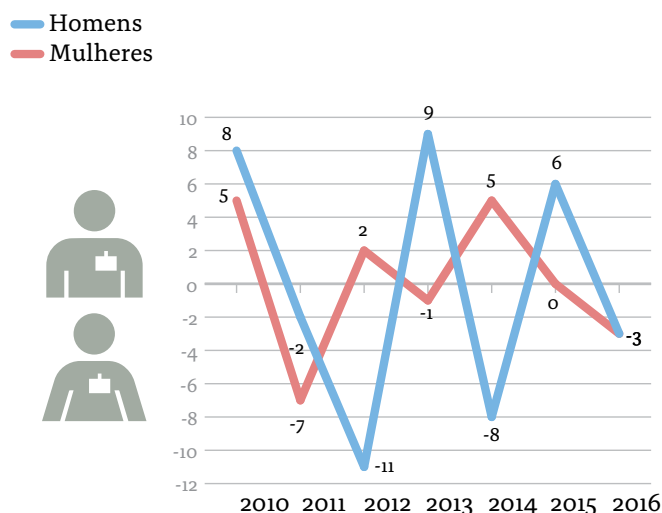
Em Ramilândia, o saldo de empregos de homens foi o que sofreu maiores altera es nesse período. Em 2010, o saldo era positivo (8 empregos), sofreu quedas e aumentos, atingindo o menor valor em 2011, com -11 empregos, e o maior em 2013, com 9 empregos. O saldo de empregos de mulheres, por sua vez, sofreu aumentos e quedas menores, mas ainda assim significativos, atingindo também um saldo negativo em 2011, 2013 e 2016, de -7, -1 e -3 empregos, respectivamente.

Gráfico 19: Saldo total de empregos formais no município e na região Oeste do Paraná, de 2010 a 2016



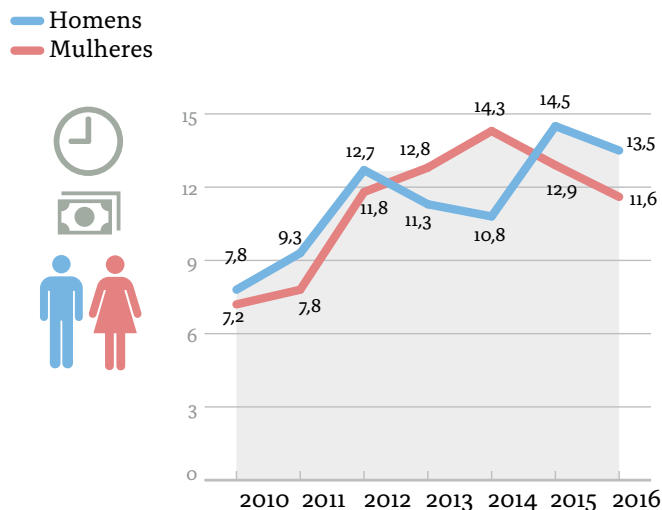
Fonte: CAGED, [201-f] (BRASIL, [201-f]).

Gráfico 20: Saldo de empregos do município, por sexo, de 2010 a 2016



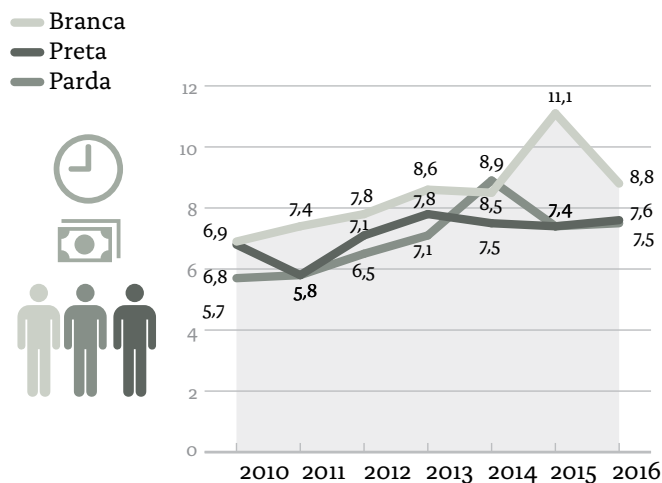
Fonte: CAGED, [201-f] (BRASIL, [201-f]).

Gráfico 21: Rendimento horário médio do município, por sexo, em reais, de 2010 a 2016



Fonte: RAIS, [201-e] (BRASIL, [201-e]).

Gráfico 22: Rendimento horário médio do município, em reais, por raça/cor branca, parda e preta, de 2010 a 2016



Fonte: RAIS, [201-e] (BRASIL, [201-e]).

É importante notar que esse dado se refere a empregos formais, não abrangendo outras formas de trabalho, como trabalhos informais e o trabalho do cuidado da casa e da família, no âmbito doméstico. Este último é majoritariamente praticado por mulheres, sem remuneração, e é maior quanto menor for a disponibilidade de serviços e de infraestrutura para o cuidado de crianças e idosos, especialmente, como creches e serviços de saúde.

Em relação a renda, o rendimento médio por hora trabalhada corresponde a quanto o(a) trabalhador(a) ganha em média, por hora, em reais.

No município, o rendimento horário médio cresceu entre 2010 e 2016, passando de 7,5 reais para 12,6. Nesse período, homens tiveram rendimentos horários médios maiores que mulheres, em quase todos os anos, com exceção de 2013 e 2014.

O rendimento horário médio de homens passou de 7,8 reais em 2010 para 13,5 em 2016. No mesmo período, o rendimento de mulheres foi menor, saindo de 7,2 para 11,6 reais.

Com exceção de 2014, em todos os outros anos, de 2010 a 2016, pessoas brancas tiveram rendimento maior que pessoas pretas e pardas em Ramilândia. Em 2014, pessoas pardas tiveram rendimento horário médio maior que pessoas brancas e pretas.



ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Meta 5.4: Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais



ODS 8: Promover o crescimento econômico sustentável, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

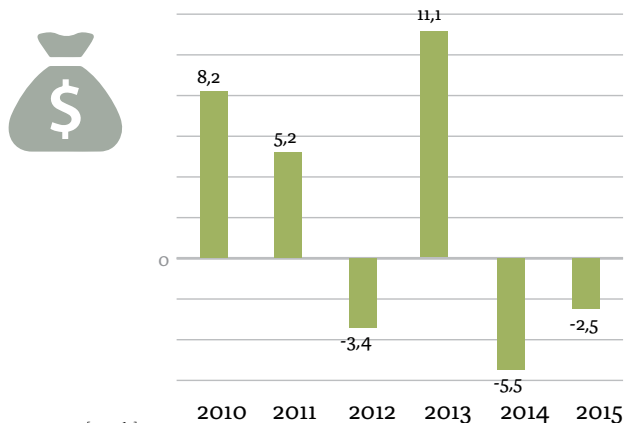
Meta 8.5: Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor

economia

Economia   um setor estratégico para o desenvolvimento humano sustentável. Promover o crescimento econômico permite maiores investimentos em áreas que ampliam a qualidade de vida das pessoas, como saúde, educao, habitao e saneamento básico, além de ser central para o desenvolvimento local. Mas   preciso que seja sustentado, inclusivo e sustentável, levando em considerao os impactos sociais e ambientais, como estabelece a Agenda 2030, gerando empregos e aumentando a renda média da populao.

Em Ramilândia, a taxa de crescimento anual do PIB real per capita teve quedas de 2010 a 2012, chegando a -3,4%, cresceu em 2013, mas voltou a cair a partir de 2014, atingindo -2,5% em 2015.

Gráfico 23: Taxa de crescimento anual do PIB real no município, per capita, de 2010 a 2015, em %



Fonte: IBGE, [201-b].



O que   PIB?

PIB   uma sigla para Produto Interno Bruto, que representa o total de riqueza (bens e serviços) gerada em um período de tempo, em uma localidade. O PIB pode ser nominal ou real. PIB nominal refere-se ao valor do PIB calculado a preços do ano em que o produto foi produzido e comercializado. O PIB real, por sua vez,   calculado com base em preços constantes, tomados a partir de um ano-base, o que permite que os efeitos da inflao sejam eliminados do cálculo.

Usualmente, o PIB também   apresentado como PIB per capita, isto  , "por pessoa", que corresponde ao valor do PIB dividido pelo número de habitantes da localidade (nesse caso, do município). Outra forma de apresenta-lo   por pessoa empregada, que se refere ao valor do PIB dividido pelo número total de pessoas empregadas no mercado formal.

  o principal indicador utilizado para medir o crescimento econômico de países, estados e municípios. Se a taxa de crescimento do PIB   positiva, significa que a economia está em crescimento, o que não quer dizer, necessariamente, que está gerando empregos e aumentando a renda média da populao.

Gráfico 24: Taxa de crescimento anual do PIB real per capita, do município, por setor, de 2010 a 2015



Fonte: IBGE, [201-b].

O setor de agronegócio, que tinha o segundo maior percentual de crescimento do PIB real per capita de Ramilândia em 2010, 18,8%, enfrentou quedas até 2015, com exceção de 2013. Neste ano, o agronegócio chegou a 29,4%, mas caiu até 2015, quando atingiu -5,4%. O PIB real per capita do setor de indústria, maior percentual de crescimento do PIB do município em 2010, também teve quedas se compararmos 2010 e 2015, quando passou de 29,2% para 7,9%. O setor de serviços teve pequena redução na taxa de crescimento, atingindo 5,4% em 2015, enquanto o de serviços públicos também passou por um decréscimo, um pouco maior, de 4,1% em 2010 para 0,2% em 2015.



ODS 8: Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas e todos

Meta 8.1: Sustentar o crescimento econômico per capita de acordo com as circunstâncias nacionais e, em particular, um crescimento anual de pelo menos 7% do produto interno bruto [PIB] nos países menos desenvolvidos

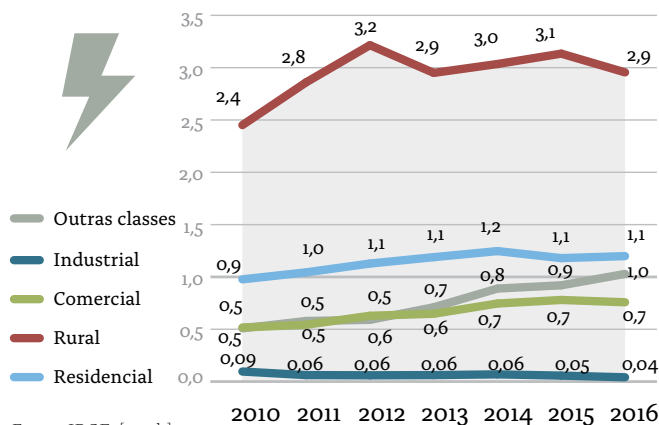
Meta 8.2: Atingir níveis mais elevados de produtividade das economias por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação, inclusive por meio de um foco em setores de alto valor agregado e dos setores intensivos em mão de obra

energia

Além de ser importante para o dia-a-dia das pessoas e para melhorar sua qualidade de vida, o acesso   energia   fundamental para o desenvolvimento local, já que possibilita a produção industrial, rural e o comércio.   preciso, então, que a energia seja um recurso disponível e com preço acessível para todas as pessoas, como colocado pela Agenda 2030.

Em 2010, 87% dos domicílios de Ramilândia tinham energia elétrica. O consumo total nesse ano foi de 4.546 MWh, sendo que o setor que mais consumiu foi o rural (2.451 MWh), seguido pelo residencial (977 MWh). No período de 2010 a 2016, houve um crescimento no consumo de energia no município, em todos os setores, com exceção do industrial, sendo que o rural continuou liderando em 2016, chegando a 2.955 MWh, quando o consumo total do município foi de 5.983 MWh.

Gráfico 25: Consumo total de energia do município, por setor, em GWh, de 2010 a 2016



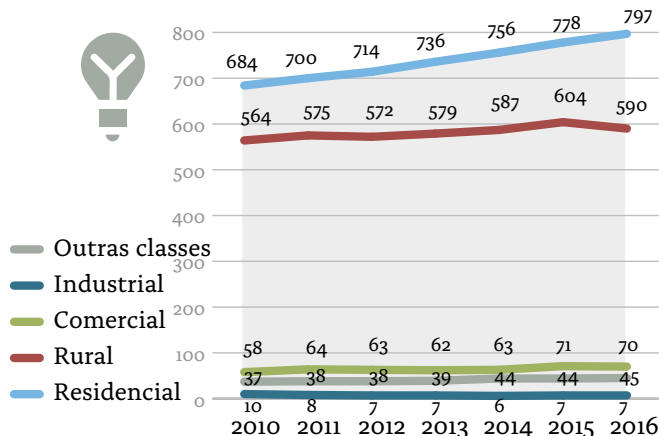
Fonte: IBGE, [201-b].

O número de consumidores no município   maior no setor residencial que nos demais, em todos os anos analisados, de 2010 a 2016. Em seguida, está o setor rural.

Em 2010, o setor residencial tinha 684 consumidores, número que passou para 797 em 2016, enquanto o número de consumidores do setor rural passou de 564 para 590 no mesmo período. O setor industrial apresenta número menor de consumidores em comparação com todos os setores. Em 2010, havia 10 unidades consumidoras de energia do setor industrial; em 2016, esse número foi para 7.

Em Ramilândia, o consumo médio de outras classes   maior que dos outros setores, passando de 13,8 MWh/unidade de consumo para 22,9 MWh/unidade, de 2010 para 2016. Os setores residencial, comercial e rural não tiveram grandes alterações em seu consumo médio entre 2010 e 2016, enquanto o setor diminuiu seu consumo médio, de 9,6 MWh/unidade de consumo para 5,9 MWh/unidade, no mesmo período.

Gráfico 26: Número total de consumidores do município, por setor, de 2010 a 2016



Fonte: IBGE, [201-b].



ODS 7: Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível   energia para todas e todos
Meta 7.1: Até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia

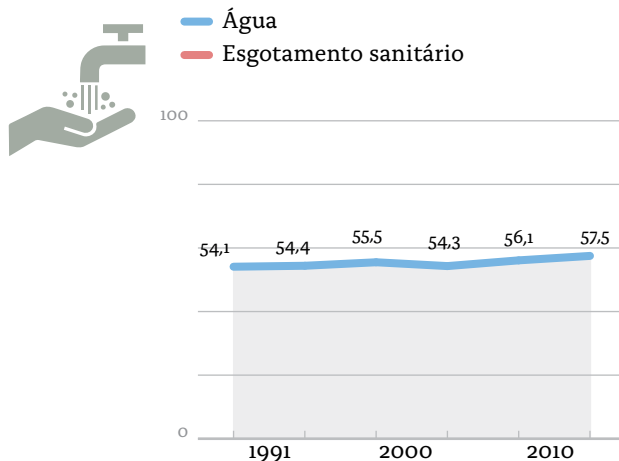
água e saneamento

Acesso universal a água e saneamento é essencial para melhorar a qualidade de vida das pessoas e contribui para melhorias em áreas centrais para o desenvolvimento humano sustentável, como saúde. Por isso é também uma preocupação da Agenda 2030.

Ademais, no Brasil, esse serviço deve ser assegurado pelos municípios, que podem requerer apoio do Estado e da União.

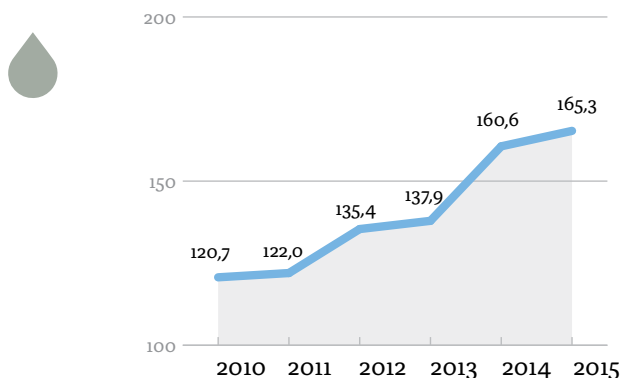
Em Ramilândia, a porcentagem da população atendida com água cresceu de 2010 a 2015, passando de 54,1% em 2010 para 57,5% no último ano analisado.

Gráfico 27: Percentual da população total atendida com água e esgotamento sanitário no município, de 2010 a 2015



Fontes: SNIS, [201-g] (BRASIL, [201-g]); IBGE, [201-a].

Gráfico 28: Volume de água produzido no município, por 1.000m³ no ano, de 2010 a 2015



Fonte: SNIS, [201-g] (BRASIL, [201-g]).

Nesse mesmo período, o volume de água produzido em Ramilândia cresceu, chegando a 165,3 mil m³ em 2015, que se refere ao volume de água disponível para consumo tratada na(s) unidade(s) de tratamento, quando existir, ou importada de outros locais.



ODS 6: Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos

Meta 6.1: Até 2030, alcançar o acesso universal e equitativo a água potável e segura para todos

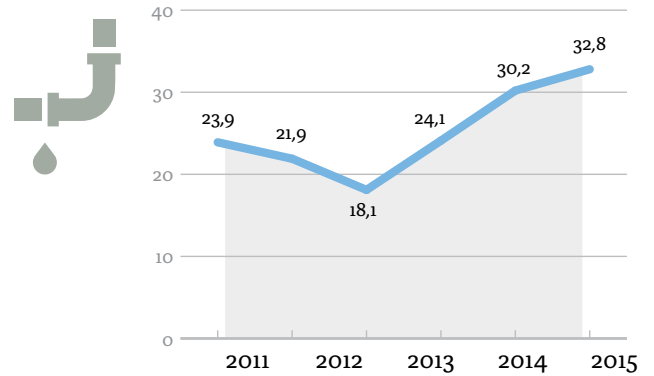
Meta 6.2: Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade

Meta 6.3: Até 2030, melhorar a qualidade da água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas e aumentando substancialmente a reciclagem e reutilização segura globalmente

Meta 6.4: Até 2030, aumentar substancialmente a eficiência do uso da água em todos os setores e assegurar retiradas sustentáveis e o abastecimento de água doce para enfrentar a escassez de água, e reduzir substancialmente o número de pessoas que sofrem com a escassez de água

As perdas de água na distribui o tiveram quedas até 2012, mas cresceram a partir de 2013, atingindo 32,8% de perdas na distribui o em 2015.

Gráfico 29:  ndice de perdas na distribui o de água do município, de 2011 a 2015, em %



Fonte: SNIS, [201-g] (BRASIL, [201-g]).

representação política

Os espaços de representação política, como prefeitura e câmara de vereadores, são espaços onde ocorrem importantes debates e decisões políticas, que afetam diretamente a vida de cidadãos e cidadãs. As pessoas eleitas para ocuparem os cargos de prefeito(a), vice-prefeito(a) e vereador(a) devem representar a população do município nesses espaços, ou seja, tomar decisões de acordo com os interesses e as necessidades da população. No entanto, interesses e necessidades variam de acordo com diversos fatores, entre eles sexo e raça/cor. Por exemplo, a iluminação pública de uma cidade é uma demanda mais importante e urgente para mulheres do que para homens, uma vez que ruas bem iluminadas contribuem para evitar não somente violência contra o patrimônio (como roubos e furtos), mas também agressões físicas e violência sexual, enfrentadas majoritariamente por mulheres. Ainda, pessoas negras usualmente utilizam mais ônibus e metrô que pessoas brancas, além de residirem em bairros mais distantes do centro das cidades. Assim, investimento em transporte público é uma necessidade maior para essas pessoas.

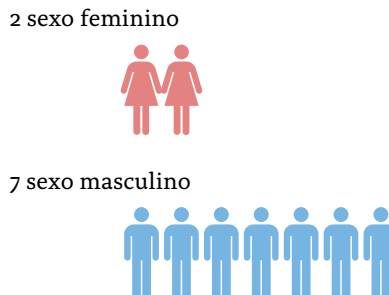
Nesse contexto, mesmo que representantes políticos busquem atender às necessidades de todas e todos, a eleição de pessoas de diferentes raças, sexos, idades, condições socioeconômicas, entre outros, garante um debate diverso e maior representatividade de interesses e necessidades. Além disso, provoca mudanças positivas nas instituições, na cultura e no entendimento que cidadãos e cidadãs têm da política, pois mostra que esses espaços são de todas as pessoas.

Como estabelecido na Agenda 2030, é preciso não deixar ninguém para trás. Por isso, é fundamental olhar também para causas da desigualdade e para mecanismos para sua erradicação.

Na gestão de 2017 a 2020, o cargo de prefeito e de vice-prefeito de Ramilândia são ocupados por homens. Já na Câmara Municipal há 9 vereadores no total, dos quais 7 são homens e 2 são mulheres, que representam 22,2% do total de vereadores.

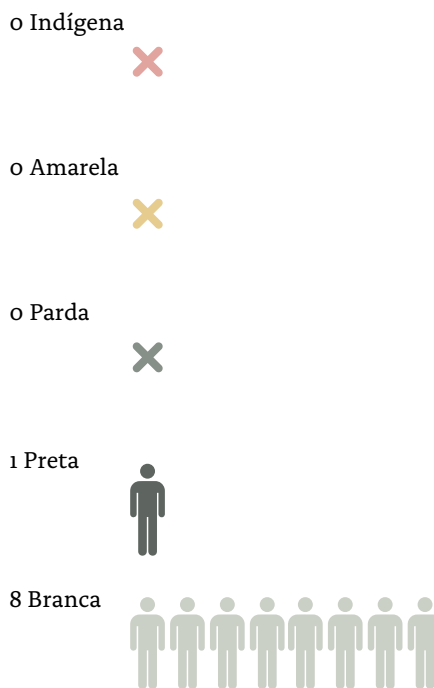
No que se refere à raça, o prefeito e o vice-prefeito são brancos, assim como a maioria dos vereadores (88,9%).

Gráfico 30: Número de vereadores do município, por sexo, da gestão 2017-2020



Fonte: TSE, [2017?].

Gráfico 31: Número de vereadores do município de Ramilândia, por raça/cor, da gestão 2017-2020



Fonte: TSE, [2017?].



ODS 5: Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Meta 5.5: Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública

Meta 5.c: Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

*considerações
finais*

O conjunto de indicadores apresentados por este diagnóstico é o resultado de um primeiro exercício de montagem de um painel de indicadores ODS, a princípio com dados que estão mais facilmente acessíveis para o nível municipal. Por isso, nem todos os ODS foram mensurados, bem como alguns indicadores não diretamente vinculados à Agenda 2030 foram incluídos para apoiar a análise do desenvolvimento local. No entanto, o conjunto de indicadores apresentados já permite observar algumas tendências em relação aos ODS para o município de Ramilândia.

Em linhas gerais, pode-se dizer que há avanço em termos do ODS 1, apesar de Ramilândia apresentar um dos maiores percentuais de pessoas em situação de extrema pobreza (9,4%) da região Oeste do Paraná, com uma taxa maior que a média da região e do estado do Paraná (ambos por volta de 2%). O município deverá erradicar a pobreza extrema até 2030 para cumprir a meta 1.1 da Agenda 2030.

Em relação ao ODS 2, o município demonstra retrocessos, com 10 crianças de até 2 anos desnutridas em 2015, número maior do que o encontrado em 2010, de 0 crianças. Essa situação é pior que a da maioria dos municípios do Oeste de mesmo porte, que apresentam de 0 a 2 crianças de até 2 anos desnutridas. Para 2030, a meta 2.2 indica a necessidade de acabar com todas as formas de desnutrição, ou seja, será preciso se empenhar para erradicar a desnutrição.

Sobre o ODS 3, para a meta 3.1, que trata da redução da mortalidade materna, foi analisada a taxa de mortalidade materna. Esse dado não apresentou variação entre 2010 e 2015, com 0,0 mortes de mães por 100 mil nascidos vivos em todo o período. De acordo com a Agenda 2030, o município precisará alcançar uma taxa de menos de 70 mortes por 100 mil nascidos vivos, meta já alcançada por Ramilândia, mas que precisará ser mantida nos próximos anos. A maneira tradicional de medir mortalidade materna é fazer uma taxa em relação aos 100 mil nascidos vivos. No entanto, como são registrados muito menos do que 100 mil nascimentos por ano no município, a taxa demográfica pode variar muito de um ano ao outro, já que uma morte pode impactar bastante o indicador. Por isso, esse dado deve ser analisado com cuidado e sempre em conjunto com o número total de casos. No entanto, nota-se que esta é uma área que demanda atenção para o alcance dos ODS no município.

Já para a meta 3.2, que trata da redução da mortalidade neonatal e de crianças menores de 5 anos, foi avaliada a taxa de mortalidade infantil de menores de 5 anos. Esse dado apresentou uma redução entre os anos de 2010 e 2015, de 32,8 óbitos de crianças menores de 5 anos de idade por 1000 nascidos vivos para 0,0 óbitos por 1000 nascidos vivos. Em números brutos, a variação foi de 0 a 2 óbitos. A meta global indica que a taxa a ser alcançada até 2030 é de 25 por 1000, o que significa que o município já alcançou a meta, mas precisa

estar atento para que esses valores continuem em queda até 2030.

A meta 3.3 trata de epidemias como a Aids, tuberculose, malária e doenças tropicais e foi analisada por meio do número de incidência de Aids por ano de diagnóstico. O município apresentou relativa estabilidade no número de novos casos, com número diferente de 0 somente em 2011 e 2013, de 2 e 3 casos. Em 2015, não houve novos casos, o que representa uma taxa de incidência de 0,0%, mais baixa que a do estado do Paraná, de 18,6%. A meta global indica que as epidemias, tais como a Aids, devem acabar até 2030.

Para a meta 3.4, que trata de doenças não transmissíveis e saúde mental, foi analisado o número de suicídios no município. Entre 2010 e 2015, houve 1 caso no município, que ocorreu em 2014. A meta indica que a saúde mental e o bem-estar devem ser promovidos até 2030.

A meta 3.6 indica que “até 2020, será necessário reduzir pela metade as mortes e os ferimentos globais por acidentes em estradas”. Para avaliar essa meta, o diagnóstico trouxe o número total de mortes causadas por acidentes de trânsito. O município apresenta retrocesso nesse indicador, já que aumentou de 0 para 1 o número de mortes entre 2010 e 2015. Para alcançar a meta, no entanto, o município precisará de um esforço maior, pois deverá reduzir pela metade o número de mortes, o que, nesse caso, significa eliminar casos fatais em 2020, ou seja, daqui a dois anos.

Por fim, a meta 3.7, que trata de assegurar o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, foi analisada por meio do número de nascidos vivos por faixa etária da mãe. Entre as meninas de 10 a 14 anos, o município apresentou estabilidade, com 3 casos no período de 2010 a 2015, que ocorreram em 2012 e 2013. No entanto, devido   gravidade do tema, nenhum caso   aceitável nessa faixa etária. Entre as mães de 15 a 19, houve um aumento de 10 casos em 2010 para 14 em 2015. Reforça-se também a necessidade de diminuir esse número.

Quanto ao ODS 4, somente a questão de infraestrutura foi estudada para este diagnóstico, representada pela meta 4.a “construir e melhorar instalações físicas para a educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e ao gênero e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros, não violentos, inclusivos e eficazes para todos”. O município apresenta bons resultados nesse quesito, quando analisamos acesso   água, eletricidade e instalações sanitárias, com dados em 100%. Em relação a acesso a computadores para fins pedagógicos, o município apresenta uma alta taxa de acesso na etapa de ensino fundamental, de 100% em 2016, maior do que a da maioria dos municípios da região Oeste do Paraná, que estão acima de 80% de acesso. Há avanços em termos de acesso   internet para fins pedagógicos, cujo acesso   de 100% para o ensino fundamental em 2016, percentual semelhante ao dos municípios da região. No que se refere   infraestrutura adequada a pessoas com deficiência nessa etapa de ensino, Ramilândia tem uma taxa de

acesso mediana, de 50,0% em 2016, próxima à taxa da maioria dos municípios. Melhorias nesse setor apoiariam o alcance do ODS 4.

O ODS 5, por sua vez, demonstra necessidade de avanços. Apesar de ser maior que o resultado da maioria dos municípios da região Oeste do Paraná, há apenas 2 vereadoras de Ramilândia, que representam 22,2% do total de vereadores, sendo que a população feminina representa 48,6% da população total. Além disso, com relação à raça/cor, o município também apresenta um resultado negativo, com a grande maioria dos vereadores, 88,9%, pertencentes à raça/cor branca, enquanto 59,8% da população total se autodeclara branca. O mesmo se repete no Executivo, em que ambos os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito são ocupados por dois homens brancos. A meta 5.5. trata de “garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública”.

Para o ODS 6, foram avaliadas 2 metas relacionadas a água, visto que dados de esgotamento sanitário não estavam disponíveis para o município. A primeira, 6.1, que trata sobre o acesso universal e equitativo à água potável, ainda não foi alcançada pelo município, visto que há 57,5% de cobertura no índice de atendimento total de água em 2015, nível abaixo ao da maioria dos municípios da região Oeste, o que coloca Ramilândia entre os cinco municípios com menor acesso à água. Para alcançar a meta, é preciso que o município chegue a 100% de acesso à água potável até 2030.

A segunda meta analisada foi a meta 6.4, que indica a necessidade de aumentar substancialmente a eficiência do uso da água. Neste caso, o indicador é o índice de perdas na distribuição, que chega a 32,8% no município em 2015, valor mais alto do que o encontrado nos municípios da região, o que coloca Ramilândia entre os dez municípios do Oeste do Paraná com maior índice de perdas de água na distribuição.

Em relação ao ODS 7, foi possível analisar no diagnóstico somente a meta 7.1, que trata de “até 2030, assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia”. Com relação ao acesso, o município chega a 87% de domicílios com energia, número menor do que o encontrado na região, de 90%. Até 2030, será necessário chegar a 100% para cumprir com o ODS.

Sobre o ODS 8, analisou-se a meta 8.1, relacionada ao crescimento econômico per capita, e a meta 8.5, que trata de alcançar o emprego pleno e remuneração igual para trabalho de igual valor até 2030. Quanto ao crescimento econômico, o município teve uma queda na taxa de crescimento do PIB real per capita em 2015, em comparação a 2010, de 8,2% para -2,5%. O mesmo aconteceu com cerca de metade dos municípios da região Oeste neste ano. O setor que apresentou maior taxa de crescimento do PIB real per capita em 2015 foi o de indústria, de 7,9%, enquanto o setor de agronegócio teve a

menor taxa de crescimento, de -5,4%. Esse quadro demanda um conjunto de ações que garantam um crescimento sustentado até 2030.

Com relação ao saldo de empregos, o município perdeu postos formais de trabalho no ano de 2016, situação comum a muitos municípios da região e que dificulta o alcance do ODS 8. No que se refere   remuneração, nota-se que há uma desigualdade entre homens e mulheres, visto que o rendimento horário médio   maior para os homens (13,5 reais/hora) do que para as mulheres (11,6 reais/hora) em 2016. Neste caso, essa situação também dificulta o alcance do ODS 5. Essa diferença também surge quando olhamos para raça/cor nesse ano. As pessoas brancas, no município, ganham em média 8,8 reais/hora, enquanto as pessoas pardas ganham em média 7,5 reais/hora.

Para o ODS 16, foi analisada a meta 16.1 "reduzir significativamente todas as formas de violência e as taxas de mortalidade relacionada, em todos os lugares". O município tem apresentado avanços neste tema, visto que houve uma queda no número de homicídios entre 2010 e 2015, de 7 para 1 caso. Há bastante diferença em termos de gênero, visto que a totalidade dos casos do período eram homens. Há também uma diferença significativa em termos de idade, visto que a maioria das mortes aconteceram entre os 15 e 24 anos de idade.

No caso dos ODS 9 a 15, e também do 17, mais dados são necessários para avaliar a situação. Alguns deles, como o ODS 12, são analisados a nível regional, no diagnóstico do Oeste do Paraná.

Reforça-se que este   um exercício inicial. A análise do ODS 2, por exemplo, foi feita aqui com somente um indicador, o que limita entender plenamente como está o objetivo no município. Em outros casos, a meta foi analisada parcialmente. O ODS 3, por exemplo, foi analisado por diversas metas. No entanto, a meta 3.4, por exemplo,   composta, ou seja, trata de mais de um tema. Nesse caso, somente a saúde mental foi mensurada pelo indicador proposto, não tendo sido possível avaliar o estado das doenças não transmissíveis neste diagnóstico.

A plataforma www.oestepr2030.org.br trará os indicadores aqui apresentados e mais uma série de dados sobre todos os objetivos, o que permitirá uma análise mais aprofundada sobre como seu município se encontra em relação aos ODS.

*referências
bibliográficas*

- ACNUR. Agência da ONU para Refugiados. Dados sobre Refúgio - Perguntas e respostas. Disponível em: <<http://www.acnur.org/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/>>. Acesso em: 5 jan. 2018.
- ADAPAR. Agência de Defesa Agropecuária do Paraná. Comércio e Uso de Agrotóxicos e afins e Prestação de Serviços Fitossanitários. Disponível em: <http://www.adapar.pr.gov.br/arquivos/File/GSV/Agrotoxicos/RESULTADOS_PUBLICADOS/dados_siagro.xls>. Acesso em: 5 jan. 2018.
- ANA. Agência Nacional de Águas. Resolução nº 399. 2004. Disponível em: <<http://arquivos.ana.gov.br/resolucoes/2004/399-2004.pdf>>. Acesso em: 1 dez. 2017.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. Visualizador de dados sociais – VIS DATA [201-a]. Disponível em: <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/tabelas/index.php>>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- _____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. O que você precisa saber sobre as transferências constitucionais e legais: Fundo de Participação dos Municípios – FPM. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2013. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/190777/CartilhaFPM.pdf>>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC. [201-b]. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>>. Acesso em: 1 dez. 2017.
- _____. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS. Acesso à Informação - Informações de saúde. [201-c]. Disponível em: <<http://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude/tabnet>>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- _____. Ministério da Saúde. Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde - DATASUS. Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM. [201-d]. Disponível em: <<http://svs.aids.gov.br/cgiae/sim/>>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação Anual de Informações Sociais - RAIS. [201-e]. Disponível em: <<http://www.rais.gov.br/sitio/tabelas.jsf>>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- _____. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED. Perfil do município, [201-f]. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- _____. Ministério das Cidades. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS. Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos, [201-g]. Disponível em: <<http://app3.cidades.gov.br/serieHistorica/>>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- CONARE. Comitê Nacional para os Refugiados. Dados de refúgio – Tríplíce Fronteira [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <samantha.salve@undp.org> em 10 nov. 2017.

- FOZ DO IGUAÇU. Secretaria Municipal de Turismo. Inventário técnico de estatísticas turísticas. Foz do Iguaçu: Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu, 2017.
- FUNAI. Funda o Nacional do  ndio. Geoprocessamento. Terras Indígenas. [201-] Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/shape>>. Acesso em: 1 dez. 2017.
- IBGE. Coordena o de Geografia. Biblioteca IBGE. Regiões de Influência das Cidades - 2007. 2008. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=240677>>. Acesso em: 1 dez. 2017
- _____. Estimativas de popula o. [201-a]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=downloads>>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- _____. Sistema IBGE de Recupera o Automática - SIDRA. Produto Interno Bruto dos municípios, [201-b]. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pib-munic/tabelas>>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- _____. Censo demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- _____. Sistema IBGE de Recupera o Automática – SIDRA. Pesquisa Agrícola Municipal, tabela 5547. 2016a. disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam/tabelas>>. Acesso em: 1 dez. 2017.
- _____. Sistema IBGE de Recupera o Automática – SIDRA. Pesquisa Pecuária Municipal, tabela 3939. 2016b. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/tabelas>>. Acesso em: 1 dez. 2017.
- _____. Sistema IBGE de Recupera o Automática – SIDRA. Produ o da Extra o Vegetal e da Silvicultura, tabela 289. 2016c. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pevs/tabelas>>. Acesso em: 1 dez. 2017.
- _____. Estimativas da popula o residente para os municípios e para as Unidades da Federa o brasileiros com data de referência em 1  de julho de 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.
- ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conserva o da Biodiversidade. Dados de visita o 2007-2016. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/noticias/2017/dados_de_visitacao_2012_2016.pdf>. Acesso em: 5 jan. 2018.
- INCRA. Instituto Nacional de Coloniza o e Reforma Agrária. Acervo Fundiário. [201-]. Disponível em: <<http://acervofundiario.incra.gov.br/acervo/acv.php>>. Acesso em: 1 dez. 2017.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais An sio Teixeira. Censo escolar 2010-2016. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>>. Acesso em: 19 dez. 2017.
- IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Base de dados do estado. Disponível em: <<http://www.ipardes.pr.gov.br/imp/index.php>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

ITAIPU BINACIONAL. Energia. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/energia/geracao>>. Acesso em: 5 jan. 2018.

OSORIO, R. G. O sistema classificatório de “cor ou raça” do IBGE. Brasília: IPEA, 2003.

PARANÁ. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná, Conselho Estadual dos Recursos Hídricos. Resolução nº 49 CERH/PR. 2006. Disponível em: <<http://www.recursohidricos.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=30>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

_____. Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná, Instituto de Terras, Cartografia e Geologia do Paraná. Zoneamento Ecológico-Econômico. 2017. Disponível em: <<http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=7>>. Acesso em: 1 dez. 2017.

PNUD; Ipea; FJP. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Fundação João Pinheiro. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Brasileiro. Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2013.

_____. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <<http://atlas-brasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. Repositório de dados eleitorais – Eleições municipais de 2016, [2017?]. Disponível em: http://www.tse.jus.br/hotSites/pesquisas-eleitorais/resultados_anos/2016.html>. Acesso em: 19 dez. 2017.

UNAIDS. Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS. Informações básicas, [201-]. Disponível em: <<https://unaid.org.br/informacoes-basicas/>> <https://unaid.org.br/terminologia/>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

_____. Terminologia, [201-a]. Disponível em: <<https://unaid.org.br/terminologia/>>. Acesso em: 19 dez. 2017.

